

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À
ACTUAÇÃO DO GOVERNO EM RELAÇÃO À FUNDAÇÃO PARA AS
COMUNICAÇÕES MÓVEIS

6 DE ABRIL DE 2010

19.^a REUNIÃO

ORDEM DE TRABALHOS:

*AUDIÇÃO DO SR. BRIAN GONZALEZ, PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
INTEL.*

O Sr. **Presidente**: - Sr.^{as} e Srs. Deputados, está aberta a reunião.

Eram 10 horas e 20 minutos.

Vamos dar início à audição desta parte da manhã com responsáveis da Administração da Intel, Temos, hoje, connosco o Sr. Brian Gonzalez e a Sr.^a Diedra Thompson, assim como o Dr. José Luís Cruz Vilaça, que, de resto, já foi Deputado desta Casa e a quem também saúdo com amizade.

O primeiro grupo parlamentar a colocar questões é o Partido Social Democrata. No entanto, como o Sr. Brian Gonzalez quer fazer uma curta intervenção nos termos do que tem sido procedimento desta Comissão de Inquérito, dar-lhe-ei a palavra.

Quero também informar os Srs. Deputados que, agora mesmo, solicitei que fosse distribuído um ofício, que tem a ver com esta audição, do Ministério das Obras Públicas que dá informação à Comissão de Inquérito de que o protocolo assinado com a Intel não teve execução e que não houve, na sequência disso, quaisquer reuniões – os termos são mais ou menos estes – com a Intel. Este documento vai ser distribuído pelos Srs. Deputados, se é que não o foi já.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): – Sr. Presidente, de facto, o documento acabou de ser distribuído, mas eu agradecia que distribuíssem também o ofício que deu origem a este documento, na medida em que houve dois protocolos assinados com a Intel. Não sei a qual dos documentos diz respeito esta resposta do Governo.

O Sr. **Presidente**: – Muito bem.

Vou pedir para fazerem a distribuição desse primeiro ofício. Sr. Brian Gonzalez, tem a palavra.

O Sr. **Brian Gonzalez**: – Bom dia! Em primeiro lugar, quero agradecer-vos a oportunidade de poder representar a Intel neste bonito edifício. Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados. Também vos quero agradecer pela vossa paciência, visto que vou fazer a minha apresentação em inglês.

Gostaria que dedicassem uns minutos, se não se importassem, ao papel que desempenho em Espanha e em Portugal, mais especificamente no nosso papel aqui em Portugal.

Comecei a trabalhar com a Intel na Europa há três anos. Nessa altura tinha vários projectos a decorrer em sectores muito diferentes da economia. Antes de vir trabalhar com esta equipa aqui na Intel na Europa, trabalhava com uma equipa da Intel num programa denominado *The World Ahead*. O programa *The World Ahead* é um programa que tenta ajudar os países a atingir os seus objectivos na sociedade de informação; quer ajudar os países a conseguir uma utilização mais eficiente da tecnologia em todos os sectores e em particular, quer trazer a tecnologia para dentro da sala de aula, não só para que haja tecnologia na sala de aula, mas para ajudar os professores no seu importante trabalho no ensino, e ajudar os alunos a aprenderem de forma mais eficaz.

Na Intel, durante os nossos 40 anos de existência concentrámo-nos muito em muitos aspectos e não só na nossa actividade tradicional, mas também na importante vertente social, nomeadamente a trabalhar com equipas ligadas ao governo para levar as vantagens dos desenvolvimentos tecnológicos a diferentes áreas do país, tendo a educação sido uma das fundamentais. A equipa Intel dedicada a Portugal é uma equipa profissional conceituada, experiente em muitas áreas de negócio.

Em 2007, quando entrei para esta empresa, uma das áreas fundamentais que esta estava a desenvolver era o valor das aplicações tecnológicas na sala de aula. Para nós, tal como referi, esta foi sempre uma área de estudo

importante e também uma área muito importante em termos de desenvolvimento tecnológico. Durante esse período também tentámos introduzir equipamento de acesso nas salas de aulas, e estudar as tecnologias de conectividade disponíveis para as escolas, e arranjar formas de introduzir conteúdos que fossem importantes e úteis para o ensino e aprendizagem. Os esforços que fizemos em Portugal não foram diferentes dos que fizemos no resto do mundo. O que foi diferente em Portugal foi o voluntarismo das pessoas, dos professores, dos alunos, dos pais e do governo, para alargar este tipo de iniciativa a uma escala muito grande. Levar a iniciativa não só a uma ou duas escolas, mas a nível nacional e para a Intel era importante, tendo em conta o nosso interesse em compreender o valor da tecnologia em projectos de transformação educativos de grande escala. Quanto a mim, não tinha dúvidas que era um felizardo. Era um felizardo por poder trabalhar com a equipa que tivemos na Intel envolvida neste projecto aqui em Portugal desde o início com o projecto *e-escolas*, que trabalhava muito perto com todos os membros do ecossistema. Porque uma das coisas que descobrimos na Intel é que os projectos educacionais não só são mais importantes, são mais importantes mas também mais difíceis. Porque a tecnologia para ter êxito precisa de ser transparente. Como já referi não se trata apenas de obter um equipamento para as crianças, trata-se de lhes proporcionar mais meios para que elas aprendam e para os professores ensinarem. A implementação ideal da tecnologia numa sala de aula é a que é totalmente invisível. Que não interfere com a interacção humana que tem de existir para o sucesso da educação. Nada na nossa tecnologia é especial ou mágico. Na Intel acreditamos que a parte especial e mágica acontece na interacção e na aprendizagem na sala de aula. Quando nos apercebemos da oportunidade para assumir este tipo de desafio, não o vimos como uma questão de oportunidade de negócio, do ponto de vista do papel que desempenho em Portugal era sem dúvida o

projecto mais importante que a nossa equipa poderia enfrentar. Nós temos uma equipa relativamente pequena, aqui em Portugal, mas essa equipa muito pequena estava a trabalhar no projecto educacional mais importante que já tinha visto. Conseguimos trazer especialistas da Intel para ajudar na avaliação da tecnologia que poderia ser útil para que todos os membros do ecossistema pudessem colaborar e participar num projecto.

É claro que um projecto desta dimensão não pode ser assumido por uma só empresa, tem de ser um ecossistema de muitos e variados investidores que contribuam com o seu conhecimento para concluir com êxito este tipo de empreendimento. Na Intel, aprendemos muito com os nossos clientes e com os nossos parceiros. Este tipo de projectos transformacionais de larga escala são uma oportunidade para nos ajudar a conceber e desenvolver tecnologias que em última análise iriam apoiar as pessoas que vão implementar esta tecnologia. Muito se tem dito e escrito sobre o desenho de referência do PC na sala de aula. O desenho de referência do PC na sala de aula não é um produto que qualquer um de nós nesta sala possa comprar, porque é um desenho de referência. Não é um produto final. Constitui o resultado da observação, dos aperfeiçoamentos tecnológicos, os desenhos que a Intel faz no seu estudo contínuo do sector educativo. Nós fornecemos esse desenho de referência às ODM. Não existe nenhum valor de licenciamento. Não existe um valor de licença específico que temos para a ODM quando eles pegam no produto e o concluem, porque é um desenho de referência. Vão montá-lo e disponibilizar esse desenho aos membros do ecossistema. Para todos os que participam no ecossistema. As OEM locais querem desempenhar o difícil papel de trazer a tecnologia para dentro da sala de aula, porque esse papel não é um fácil. Depara-se com muitos desafios, e requer tempo. Não só para os professores e alunos, mas também para os pais, as direcções, todos de nós que se importam com este assunto. A ODM é a fabricante do equipamento – isto é importante esclarecer – e a

OEM local apoia e compra esse produto, poderá dizer-se, à ODM, e depois implementa-o.

O nosso papel na Intel é olhar para as implicações tecnológicas de implementação de projectos de grande escala no sistema escolar. Fazemos o mesmo nos serviços financeiros, fazemos o mesmo noutros ambientes, noutros segmentos. No entanto, em Portugal, a nossa atenção virou-se sobretudo para a educação, dada a importância das iniciativas que estavam a decorrer aqui, que estavam a decorrer noutros países, mas não a esta escala, não com determinação, não com o espectro total de participação que tínhamos visto e continuamos a ver.

Estou muito orgulhoso do trabalho que a minha equipa fez cá em Portugal, estou muito orgulhoso por fazer parte deste projecto. Estou muito feliz por estar aqui nesta magnífica sala a falar-vos sobre isto, e espero, dentro das minhas possibilidades, procurar responder a quaisquer questões que possam ter e agradeço a vossa paciência, por estar a falar inglês e desde já muito obrigado pelo vosso tempo.

O Sr. **Presidente**: – Muito obrigado, Sr. Brian Gonzalez.

Quero pôr a seguinte questão aos Srs. Deputados: não sei se hoje nesta audição, nestas circunstâncias, não seria melhor fazermos uma alteração em relação ao procedimento normal.

Habitualmente, temos feito, durante aqueles 10 minutos da primeira ronda, o conjunto de perguntas que se quer fazer. Não sei se hoje não seria melhor fazermos pergunta/resposta. Se calhar, nestas condições, era preferível que se fizesse desta forma. Se os Srs. Deputados não vissem inconveniente, fazíamos assim. A menos que prefiram manter o sistema anterior. Parece-me que é mais fácil, nestas circunstâncias, fazer desta forma.

Pausa.

Uma vez que ninguém se pronuncia, vamos, então, tentar a

pergunta/resposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Good morning, Mr. Brian Gonzalez. Welcome to this Commission.

As questões que temos para colocar dizem respeito à forma como o Governo se relacionou com a Intel e a Intel com o Governo. Nada nos move contra a Intel, como é evidente, bem pelo contrário, a Intel desempenhou um papel assaz importante e fundamental para o sucesso desta iniciativa, mas a esta Comissão de Inquérito cabe perceber se a actuação do Governo neste processo foi ou não legal e correcta.

Por isso, as questões que temos para lhe colocar enquadram-se nesse âmbito.

Foram celebrados dois memorandos de entendimento entre o Governo português, através do Ministério das Obras Públicas, e a Intel, um de 9 de Outubro de 2007 e outro de 30 de Julho de 2008. É sobre estes memorandos que vamos colocar as questões.

Começo por estranhar o facto de não estar aqui presente o Sr. Nuno Martins, que está declarado no memorando de entendimento como sendo o elemento de ligação com o Governo no âmbito destes processos. Admitimos que ele tenha tido um papel importante na concretização daquilo que está referido no memorando de entendimento, mas, é evidente, a nós interessa as respostas e, portanto, a falta pode ser suprida se obtivemos respostas conclusivas relativamente às questões que temos para lhe colocar.

Primeira questão concreta: relativamente ao memorando de 30 de Julho de 2008, é referido em vários sítios «Iniciativa *Magalhães*». O nome «*Magalhães*» aparece várias vezes neste memorando. Nós ouvimos aqui o representante da JP Sá Couto dizer que o nome «*Magalhães*» foi uma

marca registada pela JP Sá Couto. E foi registada por esta altura, embora algum tempo depois, embora por esta altura. E, por isso, a minha primeira pergunta é esta: porquê tantas referências à iniciativa *Magalhães*? Porquê o *Magalhães*? Porquê esta referência em tão grande quantidade?

O Sr. **Presidente**: – Tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - Muito Obrigado. O Nuno está e esteve na minha equipa, portanto penso que posso representá-lo no que diz respeito a estas questões.

Deparei-me pela primeira vez com o termo *Magalhães*, ou o nome *Magalhães* quando falámos sobre o projecto educacional. Quando falámos sobre uma visão de transformação global em que consistia este projecto. Penso que em muitas situações temos projectos que têm um nome. Não prestámos muita atenção à questão do nome. Era um nome que, à primeira vista fazia sentido, porque a meu ver representa a descoberta, aprendizagem, exploração, uma visão global, e penso que, a esse respeito, as iniciativas que foram discutidas tinham um âmbito muito transformacional, porque é um programa educacional por definição, existe descoberta, existe aprendizagem, existe exploração. Também define o tom para o tipo de âmbito deste tipo de iniciativas.

Não debati a questão do nome em particular, quando olhei para o documento, para mim pareceu-me claro que era um nome que era usado para incorporar e abranger a tecnologia e os serviços, bem como o espectro educativo deste tipo de iniciativas.

Mais uma vez, os documentos que eram verdadeiramente importantes respeitavam à definição do que se queria alcançar com esta iniciativa. Penso que o nome foi decidido a certa altura e era usado em documentos, mas não era muito relevante, pelo menos da minha parte. Da perspectiva

deste documento e a utilização do nome *Magalhães*, do meu ponto de vista, foi um nome que apareceu a dada altura durante a discussão do projecto e não partiu da Intel, era um nome que tinha sido usado para o projecto, e portanto aparece no documento.

O Sr. **Presidente**: – Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): – Peço desculpa, mas a questão aqui é saber de quem foi a iniciativa do nome.

O Sr. **Presidente**: – Tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: – A iniciativa para o projecto de transformação educativa era da iniciativa do Governo, no sentido de uma abordagem mais ampla à transformação educativa.

O Sr. **Presidente**: – Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): – A segunda questão tem a ver com o protocolo propriamente dito.

O protocolo refere várias vezes o estabelecimento de uma relação de colaboração entre a Intel e o Governo português, que tem como objectivo criar um centro de competência em Portugal e estimular o desenvolvimento de empresas empreendedoras portuguesas que envolvam tecnologias e prosperem através de fornecimento de produtos e serviços tecnológicos a outros países, Refere ainda que uma das áreas de intervenção é implementar o programa em, pelo menos, cinco outros países e, mais adiante, que as partes determinarão a identificação e formação de um *local OEM* (*original equipment manufacturer*), que é o importador registado

para o fornecimento, instalação e entrada em funcionamento em escolas. O resultado disto foi, sabemos hoje, a JP Sá Couto.

Porquê a JP Sá Couto? A minha pergunta é muito concreta: quem escolheu a JP Sá Couto?

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: – Do que me recordo da forma como se desenrolou o processo, os operadores da Telco compravam os equipamentos que iriam acabar por ser utilizados na sala de aula para este projecto transformacional, que se centrava no primeiro ciclo de educação.

Portanto, trabalhámos com várias OEM locais no mundo inteiro, são centenas, milhares, e trabalhámos com muitas em Portugal. Trabalhamos com várias empresas de tipos e dimensões diferentes que se dedicam à transformação dos negócios. Existe um menor número de empresas que se dedicam à transformação educativa. A transformação educativa, apesar de na minha opinião ser mais importante, é muito difícil por vezes, porque não só temos de nos concentrar nos aspectos tecnológicos, mas também temos de nos concentrar nos conteúdos, portanto, do meu ponto de vista, a escolha da JP foi, em última análise feita pelas organizações que iam comprar esses equipamentos, e, tanto quanto sei, seria a Telco.

O Sr. **Presidente**: – Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): – Sr. Presidente, Sr. Brian Gonzalez, os representantes das operadoras, que já foram todas ouvidas, disseram-nos aqui que funcionaram como simples intermediárias em todo este processo. As operadoras compraram computadores cujas características técnicas lhes foram definidas pela Fundação para as Comunicações Móveis. Qual foi a

intervenção da Intel na definição das características técnicas que constam dos anexos aos contratos celebrados com as operadoras mas que foram determinantes para a escolha deste computador que veio a ser fornecido pela empresa JP Sá Couto? Qual foi a intervenção da Intel na definição das características técnicas dos computadores *Magalhães*?

O Sr. **Presidente**: – Tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - Ao longo de todo este projecto, não nos dedicámos tanto a especificar características particulares, mas sim ao âmbito mais global e ao tipo de capacidades tecnológicas necessárias para levar os equipamentos educacionais para dentro da sala de aula, portanto o nosso papel é, por exemplo, de avaliar a exequibilidade de 30 utilizadores diferentes a utilizar um equipamento numa sala de aula, por exemplo. Portanto o nosso papel é o de prestar aconselhamento tecnológico e não de opinar sobre uma solução em particular. Sabemos que na sala de aula há situações em que há determinados atributos do ponto de vista físico, por exemplo, a mobilidade, mas o nosso papel ao trabalhar com o governo não era o de aconselhar alguém em relação a um equipamento em particular. Portanto a melhor forma de usarmos as nossas capacidades, que foi o que sucedeu, foi o de perceber que equipamentos iriam funcionar em determinadas situações, e não a aconselhar características, e isto é uma grande verdade na educação porque é o professor quem na verdade tem de ter uma opinião, é o educador que decide a forma como estas tecnologias vão ser utilizadas. È isso que na verdade faz a diferença entre o sucesso ou não da sua utilização, pois a pior das situações para qualquer um de nós é que o equipamento tecnológico não seja utilizado ou então que seja utilizado mas sem a experiência da transparência que... passa a ser mais uma coisa para fazer na sala de aula em vez de se dar atenção ao ensino e à

sua utilização como equipamento educacional. Na Intel dedicamos muito tempo a observar a forma como as crianças interagem com a tecnologia. Analisamos os aspectos mais alargados destas implicações e trabalhamos com as ODM que fabricam os equipamentos que podem ser utilizados por muitos e todos os intervenientes no ecossistema que actuam num determinado mercado. Relativamente à sua pergunta sobre as características específicas, não estávamos envolvidos nessa área, mas em termos mais genéricos, relativamente à dimensão e à mobilidade, sendo esse, num sentido muito genérico, o nosso foco. Antes de abordar essas situações passamos muito tempo a observar - conforme referi - a maneira como a criança aprende, como os professores podem utilizar a tecnologia, mas nunca aconselhamos um determinado equipamento, defendendo antes soluções que envolvem não apenas os equipamentos mas também o quadro da aula, a conectividade, os outros aspectos que tornam a experiência mais rica e eficaz.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): - Sr. Brian Gonzalez, acabou agora de referir que dialogavam com o Governo. E com quem é que dialogavam no Governo? E quando é que começaram estes contactos com o Governo?

Tudo isto veio a culminar, depois, numa cerimónia que teve lugar no dia 30 de Julho de 2008, em que foi assinado este memorando de entendimento, no mesmo dia em que é apresentado o *Magalhães*.

Gostávamos de saber qual foi o processo que levou à cerimónia do dia 30 de Julho; com quem dialogavam; quando foi o primeiro contacto com o Governo; quando foi o primeiro contacto com a JP Sá Couto, que aparece neste dia também a apresentar o *Magalhães*. Portanto, como foi este processo até à cerimónia do dia 30 de Julho de 2008? Foram convidados

por quem a estar presentes nesta cerimónia?

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - Sim. Quando olhamos para este assunto, temos de recuar no tempo no nosso longo relacionamento, em primeiro lugar com o governo português relativamente a iniciativas da educação. A minha equipa, mesmo antes de vir para Espanha e para Portugal, tem trabalhado em programas do governo em várias áreas, incluindo em 2005 e 2006 em vários projectos muito específicos inseridos na transformação tecnológica, na transformação da tecnologia móvel para a sala de aula. Naquela altura concentrámo-nos no segundo e terceiro ciclo da educação, mais especificamente no terceiro ciclo. As relações e discussões com o governo são anteriores a mim e isto em relação a muitas áreas todas as organizações que estariam interessadas neste caso específico da educação na sala de aula, do acesso à banda larga nas escolas, do acesso à banda larga por parte dos cidadãos, portanto uma vasta gama de intervenientes em constante comunicação não só com a minha equipa mas com outros elementos do ecossistema.

Trabalhamos internacionalmente com fabricantes multinacionais que apresentam soluções e meios a Portugal, trabalhamos com muitas OEM locais, há vários programas nos quais temos seis ou sete OEM, com um programa complementar de suporte tecnológico com as OEM locais e maiores intervenientes no ecossistema, estando também envolvidos em vários programas de conteúdos, criação e desenvolvimento para a educação, tendo portanto desenvolvidos várias discussões com membros de diferentes organizações dentro do governo português estão interessados neste tipo de utilização.

Para ser específico em termos de cronologia, isto teve lugar antes de 2005,

sendo que o meu envolvimento se tornou mais claro em 2007 quando fiquei directamente mais envolvido com as iniciativas em Portugal, aquando do programa da e-escola. Participei em vários seminários que abordaram o uso da tecnologia na sala de aula, demos vários *briefings* sobre as tecnologias disponíveis para este tipo de utilização e também debatemos as implicações da mobilidade e a necessidade da banda larga neste tipo de enquadramento tendo isso dado lugar a uma vasta gama de participantes e intervenientes. Em particular, relativamente aos acontecimentos de 30 de Julho, há várias coisas a ter em conta, tínhamos debatido a e-escola durante vários anos quando o governo procurava outras oportunidades na educação, tanto o Ministro da Educação como os Membros que fazem parte do governo, estivemos envolvidos com vários intervenientes nessa organização e portanto estivemos em debate neste memorando. Este memorando efectivamente disponibilizou uma estrutura, um calendário para um certo número de áreas que viríamos a considerar, como julgo que já foi referido, muitas delas ou mesmo todas não tendo sido levadas a cabo mas sobre as quais nos debruçámos.

Fui convidado para um evento pelo gabinete do Sr. Mário Lino que se destinava á obtenção da minha assinatura neste documento específico em que a minha equipa tinha estado a trabalhar e que tinha merecido a minha atenção. Foi esse o sentido da minha participação nesse evento, daí o convite que recebi por parte do governo para assinar nessa data este memorando de entendimento.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): - Percebemos que tenha estado na cerimónia a convite do Governo, mas quando se vai para uma cerimónia para assinar um Memorando de Entendimento, naturalmente que houve um processo

prévio de negociação que conduziu, pelo menos, ao texto deste memorando de entendimento. Já referi, logo no início que este memorando de entendimento sugere, várias vezes, a iniciativa *Magalhães* e por conseguinte as duas coisas conjugam-se: há um Memorando de Entendimento assinado no dia 30 de Julho, houve uma negociação do texto do memorando de entendimento que veio a ser assinado e há a iniciativa *Magalhães* a decorrer.

A pergunta que lhe fiz há pouco destinava-se a perceber quando é que se fala primeira vez no computador *Magalhães*? Não na iniciativa *Magalhães*, que já nos explicou, mas no computador *Magalhães*, durante este processo de negociação?

Quem é que leva o *Magalhães* ao Governo? É a Intel que fala no *Magalhães* ao Governo, é a JP Sá Couto ou é a Intel que leva a JP Sá Couto? Como é que isto se concretizou? Como é que naquele dia 30 de Julho assinam um memorando de entendimento que fala na iniciativa *Magalhães* e o computador *Magalhães* é apresentado, também, na mesma cerimónia? Como é que isto se desenrolou antes até chegar a este objectivo?

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - Mais uma vez, falo da iniciativa *Magalhães* no memorando nesse documento e, conforme referi, a minha equipa tinha negociado alguns pontos do documento, não sendo o nome uma questão relevante, mas em vários sítios a iniciativa é referida como a iniciativa *Magalhães*. Em termos do equipamento possuir a mesma designação, não houve qualquer discussão entre mim e intervenientes externos especificamente acerca do nome *Magalhães*, pois estava mais dedicado ao conteúdo. Se bem me lembro, quando o equipamento foi apresentado nessa

data, o nome do equipamento era *Magalhães*, tendo a decisão que ser tomada pela OEM local que esteve envolvida com esse equipamento particular. Estou certo de que existiam muitas outras opções em termos de equipamentos, ao ponto de ele ter sido apresentado como o equipamento *Magalhães* e creio que a Intel não tinha qualquer intervenção na sua designação, nem tinha apresentado esse equipamento particular da OEM local aos operadores de telecomunicações, ao governo ou a quem quer que fosse. Creio no entanto que a JP Sá Couto é uma organização que tem actividade em Portugal e tem as suas próprias ligações. Em parte não posso responder, mas posso dizer que a designação desse equipamento não foi sugerida por qualquer pessoa da Intel, não se tratou de uma designação baseada em muita informação anterior, tendo sido apresentada no próprio dia do evento.

Se me é permitido, gostaria de esclarecer que o equipamento que foi apresentado pela JP Sá Couto se baseia no desenho de referência da sala de aula adquirida através da OEM e dentro do contexto da relação da Intel na perspectiva de desenho e implementação final do equipamento, sendo um dos requisitos que este equipamento adquira um nome de marca que seja decidido e escolhido pela OEM local que possua esse equipamento. Noutros países, por exemplo, as outras OEM usam uma designação de marca própria para identificar os seus produtos.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): - Sr. Presidente, última pergunta.

Independentemente da questão do nome, porque as questões não têm tanto a ver com o facto de se chamar *Magalhães*, mas com o facto de ser aquele computador e aquilo que lhe perguntei é de quem é que foi a iniciativa de apresentar este computador ao Governo, de ter sido apresentado na

cerimónia do dia 30 de Julho? Foi a Intel, nas suas conversações com o Governo e que já vinham do Programa e-escolas, que falou na possibilidade de estender a distribuição de computadores ao ensino básico e que referiu a possibilidade da existência de um *classmate*, que mais tarde se veio a chamar *Magalhães* (mas isso aqui tem pouco interesse)? Foi a Intel que falou da existência deste *classmate*, ou isto foi tratado através de um operador?

Finalmente, perguntava-lhe também, se para além da JP Sá Couto se existia mais alguma empresa em Portugal que pudesse produzir o computador ou se alguma outra empresa teve a iniciativa de contactar a Intel relativamente a este processo?

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - O desenho de referência do PC na sala de aula foi anunciado e lançado publicamente em Novembro de 2007, tendo havido muitos participantes, anúncios públicos, intervenientes e partes que estavam e deviam estar informadas acerca deste tipo de equipamento.

O objetivo deste equipamento era em primeiro lugar a educação, tendo portanto o nosso objetivo sido sempre não o de aconselhar uma solução particular ou representar qualquer parte em particular, ou um fornecedor ou um OEM local mas sim o de disponibilizar uma tecnologia de base alargada a um grande número de pessoas que fosse disponível para todos. Assim, para todos os que desejam investir em projectos de transformação educativos, nem todas as empresas, apesar da sua existência, decidem participar num segmento particular ou servir um determinado mercado. Portanto, tendo em conta que fizemos todos os anúncios públicos, que fizemos muitos seminários e disponibilizámos muitas brochuras a muitos intervenientes do desenho de referência do PC na sala de aula não apenas

em Portugal mas em todo o mundo como metodologia fundamental, a forma como fazemos negócio, trazemos a transformação da tecnologia através das OEM e de muitos intervenientes que tomam a sua própria decisão de participar e ter acesso a essa tecnologia. Existiam em Portugal outros intervenientes que estivessem interessados no desenho de referência da sala de aula? A ODM poderá responder melhor do que eu a essa questão uma vez que não pode comprar o produto diretamente à Intel, pois não se trata de um produto Intel mas sim de um desenho de referência que fornecemos sem qualquer preço para a ODM, que fornece então a qualquer entidade que tenha os critérios para a compra destes produtos.

Não posso responder completamente à sua pergunta sobre se havia ou não outros intervenientes portugueses, julgo que sim uma vez que se realizaram muitos seminários por toda a Europa e no mundo acerca da transformação da tecnologia na educação, tipos de situações em que se podem utilizar este tipo de equipamento, havendo informação disponível para todos os que desejassem participar nesse mercado. Portanto, quando falamos com o governo, falamos num enquadramento mais alargado em termos de transformação da tecnologia, independentemente dos objectivos que o governo tenha, nunca abordamos uma solução em termos de solução particular pois existem muitas e agrada-nos o nosso envolvimento nos seus diferentes níveis, envolvemo-nos no ecossistema que possui informações acerca das soluções e se escolherem participar, essa é então uma discussão nas suas relações com o governo. Segundo creio, isso aconteceu nas discussões que tivemos com todo o ecossistema e a OEM local que estava interessada no desenho de referência do PC na sala de aula, dando acesso e informações às ODM que iriam fornecer esses equipamentos.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): - Mas dos ODM locais, e daquilo que a Intel conhece do mercado português, há mais algum que poderia ter desenvolvido o computador com base no *classmate*?

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - Sim. Uma empresa que se desejasse envolver neste mercado teria o acesso e os contactos para falar com as ODM que fornecem não apenas o produto baseado no desenho de referência do PC na sala de aula mas qualquer outro produto que fosse adequado. Vimos várias implementações com diferentes tipos de equipamentos, sendo portanto possível que com este equipamento, qualquer participante pudesse ter disponibilizado esses equipamentos no ecossistema. Em muitos casos verificámos isso, e o que eles poderiam querer alterar era o tipo de serviços que forneciam ou o nível de formação que iriam dar aos estudantes e aos professores, ou uma conectividade adicional que poderiam querer oferecer. Portanto, sim, outros poderiam ter participado e tê-lo-iam feito se quisessem.

O Sr. **Presidente**: - Ainda estamos dentro do tempo normal do método habitual.

Como Sr. Deputado Ramos Preto pretende fazer as perguntas em conjunto pedia ao Sr. Brian Gonzalez que fosse tomando nota, porque o Sr. Deputado vai fazer apenas uma intervenção com o conjunto de questões que quer colocar, aproveitando as respostas que já foram dadas ao Sr. Deputado Jorge Costa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ramos Preto.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): - Sr. Presidente só para informar que se o Brian

Gonzalez preferir que faça pergunta a pergunta, fá-lo-ei; mas a minha proposta era no sentido de contextualizar, porque tenho só seis perguntas para lhe fazer. Posso fazê-las em conjunto?

O Sr. **Presidente**: - Pelos vistos, não há problema.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): – Sr. Brian, muito obrigado pela sua presença aqui e em nome do Partido Socialista quero agradecer-lhe e dizer-lhe que gosto muito de ouvir as suas respostas à Comissão.

Passo a falar em português. Como sabe, tenho de falar em português.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - Obrigado.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): - Sr. Brian Gonzalez, já respondeu aqui, a instâncias do Sr. Deputado Jorge Costa, do Partido Social Democrata, que este memorando que celebrou em 30 de Julho de 2008 não foi o primeiro acto de relacionamento entre a Intel e o Estado português, porque já em Outubro de 2007, como aqui também referiu, tinham celebrado um outro memorando de entendimento.

A primeira pergunta, que já foi parcialmente respondida por V. Ex.^a, é no sentido de saber se antes mesmo de 2007 já havia uma colaboração entre a Intel e o Governo português no quadro da colaboração da Intel com um conjunto de governos no âmbito desse programa que há pouco nos referiu. Gostava de saber em que é que se consubstancia essa colaboração entre a Intel e os diversos governos. Isso tem a ver com a vossa política no sentido de que haja a nível de cada Estado com cujos governos celebram esses protocolos apoio ao sistema educativo e à criação de tecnologia que apoie e fomenta o sistema educativo?

A propósito, porque nos falou num programa, da Intel, chamado *World*

Ahead, Mundo para a frente, numa tradução literal, gostava que nos dissesse que programa é esse e como é que se relaciona com as competências locais.

A terceira questão é para distinguir, Sr. Brian, a Iniciativa *Magalhães* da marca e da patente *Magalhães*, computador *Magalhães*.

O que os senhores celebraram foi um memorando a que chamaram «Iniciativa *Magalhães*» no quadro daquilo que há pouco nos referiu, de expansão, de projecção do conceito quer em Portugal quer no estrangeiro. Isso é uma coisa. Outra coisa é a patente, a marca de um produto que também se chama *Magalhães*.

Penso que deve haver um distingo que esta Comissão tem de fazer, que aqui tem de ser estabilizada e que resulta dos documentos que temos.

Quarta questão: a Intel relaciona-se com a JP Sá Couto, mas também se relaciona com outras empresas portuguesas, como, por exemplo, a Inforlândia. Não há aqui um exclusivo. O que quero perguntar é se há um exclusivo da Intel com a JP Sá Couto ou se a Intel se relaciona com outros operadores portugueses no quadro desta vossa actividade.

Além disso, Sr. Brian, a Intel também fornece outras multinacionais. Estamos a falar de operadores, mas a Intel também fornece multinacionais. Gostava que me respondesse se tem um relacionamento profundo com essas multinacionais, e estou a falar da HP, da Toshiba. Esses grandes produtores mundiais também têm um relacionamento com a Intel. A Intel também se relaciona com esses produtores. Muitas delas podem produzir computadores sem necessitar da Intel, é assim ou não? A Intel não é a única entidade mundial da qual dependem todos os produtores, é assim ou não?

No relacionamento que a Intel tem com essas multinacionais, o trabalho que faz é diferente ou é o mesmo que tem com a JP Sá Couto, por exemplo? Os recursos que a Intel aloca quando se relaciona com uma multinacional são os mesmos que aloca quando se relaciona com uma

empresa portuguesa, neste caso a JP Sá Couto?

Ou seja, daquilo que conheço das multinacionais, parece-me que uma multinacional como a Intel, quando se relaciona com outra multinacional, deve ter um *corpus*, uma equipa, um *team*, um centro de estudo de referência com uma enorme projecção, se calhar, bem distinto e bem diferente do relacionamento que tem com uma JP Sá Couto, de um país periférico, de um país que está na ponta da Europa, que, se calhar, tem o mercado potencialmente reduzido. Pode até ser potencialmente grande, depende das iniciativas e das *performances* dessa empresa e até do apoio que o Governo lhe der em termos de projecção da marca para outros países. Tudo bem, esse é o papel do Governo de cada Estado. Mas a relação que a Intel tem com uma multinacional, na alocação de recursos, de capacidades, de competências, de certeza, é diferente do relacionamento que tem com a JP Sá Couto. O relacionamento que a Intel tem com a JP Sá Couto é uma gota de água no quadro do relacionamento que tem com as multinacionais. Qualquer multinacional pode, atento esse relacionamento que tem com a Intel, produzir computadores como a JP Sá Couto produz.

O que quero que me confirme é se há ou não alguma situação de monopólio da JP Sá Couto, em termos de produção, com o vosso *know-how* de produção destes computadores. Há um conjunto variado quer de operadores locais quer de multinacionais que podiam produzir este tipo de computadores. Deixo-lhe esta pergunta.

Também quero perguntar-lhe se o relacionamento com a JP Sá Couto é o único a nível português ou se tem outro relacionamento com outros OEM locais e se este relacionamento que tem com a JP Sá Couto, uma empresa de um país pequeno, é o mesmo que tem com outros OEM noutros países com empresas da natureza da JP Sá Couto.

Tenho uma curiosidade que gostava de deixar antes de terminar esta primeira intervenção: depois destes memorandos de entendimento, da

produção dos computadores *Magalhães*, que não têm nada a ver com a Iniciativa *Magalhães*, realço, qual é – e esta é a minha curiosidade – a taxa de penetração da Intel no mercado português? Ou seja, queria saber se a penetração da Intel no mercado português é idêntica à penetração da Intel no mercado dos outros países europeus, só da Europa. Ou há uma grande variação, há uma maior penetração, porque houve aqui uma situação de distorção da concorrência do Governo português em relação às outras entidades? Isto é muito importante para o trabalho desta Comissão. Ou a penetração que a Intel tem no mercado português está aos níveis, é idêntica àquela que tem nos outros países europeus em que não tiveram os tais memorandos de entendimento – aliás, não sei se tiveram ou não memorandos de entendimento?

Pergunto, pois, se a taxa de penetração em Portugal é idêntica à dos outros países e se acha que este memorando de entendimento provocou alguma distorção na concorrência, em Portugal.

A última pergunta, Sr. Brian, agradecendo desde já as respostas, é no sentido de saber se alguma vez o Governo português fez qualquer tipo de pagamento à Intel, se houve algum pagamento à Intel por efeito deste relacionamento entre a Intel e o Governo português. Isto porque dos memorandos de entendimento, alguns deles não têm força jurídica, vinculativa, em termos de obrigações e de contratualização de obrigações. Não sei se houve posteriores acordos ou contratos e se houve posteriores pagamentos entre a Intel e o Governo português.

Por agora, é tudo.

Agradeço ao Sr. Presidente e ao Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - Muito obrigada pelas suas questões. Vou pedir ao

meu colega que me dê uma ajuda apenas para ter a certeza que respondo a todas as questões e que não me escapa nenhuma.

Gostaria de começar pela última e por ordem inversa, pois é um pouco mais fácil para mim. Em primeiro lugar começo pela questão com a resposta mais sucinta.

A sua questão sobre se houve algum pagamento à Intel por parte do Governo, durante ou depois? Não.

E não existiram outros custos; assim, e apesar de terem todas a mesma ordem de importância, mas essa é aquela a que possa responder de forma mais sucinta.

Em termos da penetração da Intel, para utilizar a sua expressão, em Portugal. É do seu conhecimento, e posso ser bastante específico sobre este assunto tanto para Portugal como para Espanha, e posso ainda falar de países na América Latina e em toda a Europa numa certa medida. O nível de penetração não é significativamente diferente, é o que se pode encontrar nos mercados desta dimensão, e com este nível de sofisticação, que é sofisticado. Assim, nessa medida diria que se encontra ao nível de países, como a Bélgica e outros países, com uma população de dimensão semelhante. Em relação a esse assunto, em termos dos aspectos do memorando que variam, de uma forma ou de outra, o cerne destas discussões, se se olhar bem para elas, têm muito a ver com a transformação educativa, onde o equipamento informático é realmente um dos aspectos, (um com o qual a Intel se preocupa bastante), mas é apenas um dos aspectos, visto que estes elementos foram apresentados mas penso que não foram abordados ou executados na totalidade. Posso apenas dizer que, do meu ponto de vista, isso não teria representado uma grande alteração em termos de penetração. Esperava, e espero, que o valor das tecnologias nas escolas tenha aumentado, que a aprendizagem para as crianças tenha aumentado e que as capacidades de ensino dos professores sejam mais

eficazes.

O Senhor tinha uma série de questões sobre como lidar com MFC ou com corporações multinacionais, sobre a JP Sá Couto, e vou tentar responder-lhe tal como mas colocou.

Em primeiro lugar, os nossos negócios com a JP Sá Couto não são únicos, não são únicos mesmo no contexto de Portugal. Trabalhamos com outros como a *CPC*, *EPI*, *GeBIT*, *Inclass*, *Micro-Máquinas*. Existem outros actores locais, sim, como a Inforlândia, com quem trabalhámos numa abordagem muito semelhante àquela que utilizamos para trabalhar com a JP Sá Couto. Não temos nenhuma preferência em trabalhar com a JP. Gostamos de nos envolver com o tipo de projectos em que qualquer uma destas empresas, e todas elas, estão a trabalhar, pelo que o nosso papel relativamente à prestação de serviços de avaliação de tecnologia ou de aconselhamento em termos de tecnologia em termos de linhas de orientação é absolutamente o mesmo e, em muitos casos, no nosso caso, quando fazemos um seminário, falamos com todos estes actores, pelo que qualquer pessoa pode obter informações sobre a tecnologia que a Intel possa estar a desenvolver e que eles possam incorporar na sua solução. O nosso negócio com a JP Sá Couto não é exclusivo, e apenas exemplifica o tipo de trabalho que fazemos com muitos, em particular aqui em Portugal. Perguntou-me sobre qual o nível de apoio e de interacção que temos com as grandes multinacionais, em comparação com um OEM local. Gostamos de pensar que damos o mesmo tipo de atenção aos nossos clientes, mas a realidade é que temos equipas.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): - A minha percepção é diferente e por vezes, a percepção é a realidade.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - Mas a realidade é que temos equipas focalizadas,

por exemplo, na sede da multinacional, temos depois uma equipa regional na Europa, e depois equipas locais que também trabalham. Nesse cenário, implicam três vezes mais atenção mas o mesmo carinho para todos. É um facto que muitas empresas, uma grande maioria, para não dizer todas as empresas, têm diferentes tipos de soluções que trazem para o mercado e, em qualquer caso, têm a opção de utilizar outras tecnologias que não a da Intel. Em qualquer caso, têm essa escolha. Alguns optam por não o fazer, outros optam por uma combinação. É uma decisão de cada um e apenas nos podemos concentrar no que é que pode tornar a Intel mais atractiva para alguém, mas não podemos decidir se nos seleccionam a nós. Desse ponto de vista, para mim isso é bastante claro e aplica-se tanto às OEM locais como às multinacionais.

Irão mais empresas ficar mais ou menos dependentes de um ODM para o design, e assim aplicá-lo? Na realidade, depende da solução e depende ainda do investimento. Algumas, mesmo muitas empresas, que são OEM locais querem centrar-se na educação, fazem um design de referência, obtêm um ODM e fazem algumas melhorias naquilo que sentem que irá diferenciar a sua oferta, porque, em última instância, é a empresa ou multinacional local que irá ganhar ou perder o negócio, pelo que é da sua responsabilidade fazer as melhorias e aumentar as capacidades.

O Sr. **Presidente:** - E sobre o *World Ahead Program*?

O Sr. **Brian Gonzalez:** - Antes disso Sr. Presidente há ainda a questão sobre se a nossa relação com a JP Sá Couto é de exclusividade ou não. Penso ter respondido, mas apenas para que fique bem claro: não é exclusiva, pelo que não preciso fazer qualquer comentário adicional sobre isso.

Como é que a marca *Magalhães* se diferenciou da iniciativa original?

Penso que por vezes gera confusão por causa do que está nos documentos. O documento memorando refere-se à iniciativa do *Magalhães* como compreendendo a solução total e como utilizando em parte o design de *classmate* que foi entregue através da ODM, a OEM local tem que dar a marca a esse produto.

Por exemplo, em Espanha, uma empresa deu ao seu *PC classmate* o nome de referência de *PC Invest Junior*, pelo que podem escolher o nome que quiserem. Uma parte do nosso entendimento é que é que terão um nome de marca mas quanto aos nomes que escolhem... não somos especialistas em nomes e esse não é, na realidade, o nosso negócio. Penso ter respondido a essa questão.

Quanto ao *World Ahead*. Penso que havia uma questão sobre isso e não posso separar isso da última parte, porque é um dos meus principais interesses. Estive envolvido no *World Ahead Program* quando o programa começou. Um dos principais actores do *World Ahead Program* visitou vários países, incluindo Portugal, por diversas vezes, e o *World Ahead* é um programa que a Intel abraçou. Começou em 2006, por isso não é um programa completamente novo, temos estado a desenvolver há alguns anos e baseia-se em quatro pilares principais. O primeiro pilar é a acessibilidade. Queremos garantir que nos envolvemos em projectos de tecnologia de transformação onde a acessibilidade é uma constante para todos os que participem nesta transformação. Queremos ter a certeza que nos envolvemos em projectos de tecnologia de transformação onde a acessibilidade abrange todos quantos participam nessa transformação. O acesso, que pode ser representado por equipamento de qualquer tipo e de qualquer tamanho, é um pilar importante do *World Ahead*, que procuramos conseguir.

Agora, como é que estes equipamentos são implementados no ambiente onde vão ser utilizados? Pode ser através de um OEM local, pode ser

através de uma multinacional, através de cinco OEM locais, não existe um limite real para isso. Estamos concentrados em garantir que existe um design de referência relevante para esse tipo de – digamos – transformação educativa ou transformação em termos de apoio, ou em muitos casos em áreas rurais para que os agricultores tenham acesso a equipamentos para se conseguirem ligar à Internet. Assim, o segundo pilar é a conectividade.

Se o primeiro pilar é a acessibilidade, o segundo é a conectividade, porque se equipamento não se ligar ao mundo exterior, uma criança não consegue interagir com os seus colegas ou amigos e logo não está integrada no ambiente informático do Século XXI. Um equipamento que não está ligado não traz, por exemplo, o valor educacional que pretendemos conseguir com este tipo de tecnologias.

A conectividade é essencial e é aí que trabalhamos com os ministérios dos governos onde pretendemos aumentar o nível de penetração de banda larga do país, e que nos leva a muitos debates com as diferentes organizações que estão interessadas e que, muitas vezes, são representadas pelos operadores de Telecom. É normal e lógico que nessas discussões se fale de acesso, quer seja para um hospital, para uma quinta ou para uma escola. Existirá a necessidade de ligar estes equipamentos, e a banda larga fornece esse nível de experiência enriquecedora que faz com que o equipamento seja mais útil. Pelo que é um pilar importante.

O terceiro pilar é o conteúdo. Uma das áreas chave em que trabalhamos em Portugal e em todo o mundo, é garantir que os equipamentos educacionais que entram nas salas de aula têm um conteúdo relevante, que geram instrução e informação, e que terão o nível correcto de conteúdos para o grupo etário certo que necessita de utilizar esses equipamentos, de os ligar à internet e de ganhar experiência. Temos que garantir que lhes permitirão aprender melhor e representar uma melhoria do ensino para os professores. A chave é o conteúdo.

Trabalhamos em vários projectos e neste exemplo em Portugal, onde trabalhamos com actores do ecossistema que estavam à procura de um conteúdo para as escolas e fornecemos linhas de orientação, existem muitas empresas que fornecem esse tipo de serviços, mas isso no âmbito das conversações que tivemos. Porque as pessoas dizem «*A Intel está aqui. Que tecnologia devemos utilizar?*», mas a questão é: quais são os seus objectivos para essa tecnologia? Quais são os aspectos que têm que ter? Quais são as limitações que têm? Não têm acesso de banda larga na escola, terem o equipamento certo não é tão relevante como ter uma ligação com o equipamento que agora possam ter. Este tipo de acompanhamento, de consultoria que diz quais são as áreas para as quais está a olhar e nas quais precisa de se centrar.

No *World Ahead Program*, ao reconhecermos que a educação é talvez um dos elementos chave de transformação na nossa sociedade, estamos muito centrados na educação. Tal como referi anteriormente, a Intel tem mais de 40 anos enquanto organização muito orientada para a educação, porque sabemos que o valor da nossa tecnologia não está na capacidade dos nossos planos, mas na inovação das nossas equipas e no seu talento. Isso não é diferente de um país, uma cidade, um estado, ou o papel das escolas na divulgação da inovação e na condução da sociedade para um nível seguinte.

Uma vez mais: acreditamos fortemente nisso, e é por isso que tenho tanto orgulho em trabalhar com Portugal, porque está muito claro para mim que não só acreditam nisso como também o põem em prática a um nível nacional, o que implica uma grande coragem, porque a transformação tecnológica é difícil, demora mais tempo, existem grandes expectativas. Não só têm que manter as crianças felizes, como os professores, têm que fazer com que os estudantes aprendam de uma forma como nunca o tinham feito, pelo que os pais estão muito envolvidos. O *World Ahead* é um

programa que existe em 130 países. Tenho estado muito centrado nisso, tenho viajado por todo o mundo a representar este tipo de iniciativas e estou feliz por poder falar sobre elas.

Um das nossas funções é olhar para o nosso papel de embaixadores, se assim o pretenderem, evangelizar será outro termo que as pessoas podem utilizar, mas penso que *embaixador* é muito mais apropriado porque iremos precisar de trabalhar dentro do contexto político e do contexto empresarial de um país onde entramos e começamos a falar de transformações tecnológicas, e sobre as tecnologias que irão ajudar tanto a educação, os cuidados de saúde ou que faz com que os agricultores tenham acesso a informação sobre o tempo, de forma a que possam ser mais eficazes na plantação das suas colheitas. O âmbito é muito alargado. Focalizei-me essencialmente na educação, mas é uma das áreas que o *World Ahead*, o nosso programa, aborda.

Penso que abordei várias destas questões.

Colocaram uma questão, se anteriormente a 2007 houve alguma colaboração entre a Intel e o Governo? Se definirmos cooperação como a área que dá informação sobre como é que os outros utilizam a tecnologia e qual ser o impacto da tecnologia ou como é que esta pode ser utilizada para a saúde, na implementação ou como forma de facilitar o acesso dos cidadãos a documentos... A tecnologia é utilizada pelo Governo? Absolutamente. Temos vindo a trabalhar em Portugal muito antes de 2005, temos relações com empresas que duram há mais de 20 anos, e a Intel tem vindo a trabalhar tanto em Espanha como em Portugal, pelo que sei um pouco sobre os últimos 26 anos, e posso dizer que as nossas relações são de longa duração e, tanto quanto me parece pelo que tenho observado, muito produtivas.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra para um conjunto de perguntas, feitas

uma a uma, o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): - Muito bom dia.

Primeiro queria agradecer a presença do Sr. Brian Gonzalez em meu nome e em nome do meu Partido, CDS- PP e dizer-lhe que em primeiro lugar estamos aqui para avaliar a acção do Governo e não propriamente a da Intel, que saudamos e apreciamos com agrado, e as minhas perguntas tentam descobrir se a acção do Governo nesta matéria foi ou não aquela que melhor defende o serviço público e os dinheiros públicos.

Tenho aqui dois acordos, um para OEM e outro para ODM, feitos entre a Intel e a empresa JP Sá Couto, um de 31 de Dezembro de 2008 e outro de 15 de Outubro de 2009. Os acordos destinam-se a *manufacturing, distribution and after sales support*, e por conseguinte não têm a ver com outra coisa senão o computador *Magalhães*, aliás o acordo de 31 de Dezembro diz claramente que o *Magalhães* é base do *classmate PC design* da Intel.

A primeira pergunta é: conhece esses acordos e se esses acordos transformam ou não a JP Sá Couto na única OEM ou ODM em Portugal com capacidade para produzir este computador *Magalhães* com base no *classmate* da Intel?

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - Pelo que entendi, o documento parece ser um contrato tipo com uma OEM. É normal que, uma vez que uma OEM local pretenda prestar serviços para o mercado da educação e decide utilizar um equipamento baseado num *classmate PC*, seja esse o tipo de contrato a ser assinado em muitos mercados, e no nosso caso, estes contratos podem ser assinados por múltiplos actores no ecossistema. Assim, não é do meu

entendimento excluir alguém que também pretenda celebrar qualquer tipo de acordo para obterem um design de referência para um *classmate PC* que comprem através de um ODM no mercado.

Na medida em que, em meu entender, possam haver vários actores no mercado, e temos países onde é esse o caso, e os nossos casos são sempre uma opção para outros actores poderem participar e para fornecer esse tipo de tecnologias. Para além disso, a minha resposta é que é um contrato tipo (parece sê-lo), e também me parece que existe um processo já implementado para este contrato, onde decidiram a marca do produto, o que é típico e característico deste tipo de contrato onde decidem que este é o nome de marca específico que podem querer utilizar, realçar a referência ao *Magalhães* e, uma vez mais, para além disso todos os pormenores serão decididos pelo OEM local. Parece ser um contrato tipo que teríamos com uma OEM local.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): - Devo, então, concluir que definidas as especificações por parte do Governo Português para a concessão do computador *Magalhães* (quando falo no computador *Magalhães* estou-me a referir à ideia do Governo Português em criar um computador para o primeiro e segundo ciclo, ou seja, para a educação) e apesar desses acordos que dizem construção, fabrico e assistência pós venda do computador *Magalhães* por parte da empresa JP Sá Couto, quer dizer que qualquer outro operador ou qualquer outra fábrica portuguesa poderia produzir este mesmo computador, sem que estivesse a incorrer em nenhuma ilegalidade ou a infringir as bases destes dois acordos assinados entre a Intel e a JP Sá Couto?

Em caso afirmativo perguntava-lhe se existem estes mesmos acordos tipo,

como lhes chama, com uma outra empresa portuguesa que não a JP Sá Couto?

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - A confusão é que podemos estar a falar de dois documentos separados. Um que tem a ver com o ODM e a relação que a ICS e a JP Sá Couto possam ter – tal como expliquei no processo – o design de referência do *PC classmate* é então vendido e alterado e concebido pelo ODM e depois vendido às OEM locais. Não tenho informação exacta sobre quais os detalhes que poderão estar contidos no contrato da ODM com a OEM local, mas do ponto de vista da Intel existem situações em que uma OEM local, em particular, pode pretender participar no mercado com um *reference design classmate* e se tiver a opção de o fazer, está aberto a isso. Agora, nalguns casos particulares, terão que se conformar com a sua própria marca, o seu nome em particular para esse equipamento, e em meu entender, no que respeita à iniciativa em termos abrangentes, é muito possível que existisse interesse de outros actores em participar neste tipo de equipamento do *classmate PC reference* que pudessem oferecer e que oferecessem, mas a selecção seria sempre da responsabilidade da OEM local.

Muitas OEM locais trabalham directamente com o ODM, outras obtêm o design de referência que recebem do ODM ao qual acrescentam algumas capacidades adicionais ou podem decidir montar componentes, ou numa extensão mais abrangente fabricá-los para produtos para o mercado local, pelo que existe uma grande variedade em termos das opções disponíveis. Mas do ponto de partida de ser capaz de participar, podem existir outras OEM locais que decidam que o querem fazer e que estão abertas a isso.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): - Agradeço e fiz estas perguntas apenas porque referiu o *classmate* como um conceito, quase disponível a qualquer OEM ou ODM, seria algo disponível que qualquer um poderia produzir. No entanto os acordos assinados entre a Intel e a JP Sá Couto referem o termo licença e por exemplo, no *exhibit B* tem a licença de fabrico e diz claramente que é uma licença entre a Intel e a JP Sá Couto, com base no *classmate*, para a produção do *Magalhães*. Não ponho em causa a relação entre a Intel e os vários mercados, os vários produtores, até para outros produtos com outras empresas portuguesas. Aqui estamos apenas a analisar o computador *Magalhães* e esse, diz a JP Sá Couto, tem uma licença bastante exigente, bastante difícil de cumprir, com a Intel. Dizem os acordos que tenho aqui que, de facto, essa licença existe.

Concluo, não sei se abusivamente, com base nestes documentos, que só a JP Sá Couto, em Portugal, poderia produzir o computador *Magalhães*. Estou a fazer uma leitura correcta ou não?

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - Está certo. Existe um processo de licença, não é um *fee* para a licença, mas tal como referi anteriormente, fazemos um investimento na educação, olhamos para a adequabilidade do equipamento e quando aportamos o nosso capital intelectual, a nossa propriedade intelectual como referência ao design queremos garantir que em última instância, quando esses equipamentos são implementados, baseiam-se neste design, e existe um certo entendimento sobre o objectivo de se construir este produto e fornecemos o processo de licenciamento para garantir que isso se adequa ao design geral pretendido para o produto. E a qualidade nos

casos em que possam existir vários participantes de montagem adicional que é requerida. Por isso há um processo de licenciamento, mas não há limitação quanto ao número de actores que a possam ter, pois não é uma licença de exclusividade para o mercado, é uma licença sobre como é que vamos entregar este produto, e garantir que não é quebrado ou que inclui um determinado aspecto de qualidade que procuram.

É um entendimento sobre uma perspectiva da utilização mais do que uma perspectiva do mercado, para garantir que se atinge este nível de qualidade na entrega do produto associado a um design de referência em que a Intel tenha participado.

Muitas vezes, e nos nossos casos, o design de referência terá os componentes da Intel. Estes componentes da Intel são componentes padrão que podem ser encontrados em muitos equipamentos diferentes, mas têm a conotação da Intel, com o nosso autocolante e os componentes interiores, e assim gostaríamos que estivessem presentes em termos de conclusão e de qualidade numa determinada forma. Essa é a situação do licenciamento.

O Sr. **Presidente:** - Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): - Posso, então, concluir que esta licença grátis apenas foi solicitada pela JP Sá Couto ou houve uma outra empresa portuguesa que solicitou este mesmo licenciamento para utilização do *classmate* e traduziu-o depois no computador para e-escolinhas *Magalhães*?

O Sr. **Presidente:** - Para responder, tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez:** - Gostaria de ser claro sobre esta situação e dizer que, tanto quanto é do meu conhecimento, a parte que estava interessada no

classmate reference design, neste caso particular, era a JP Sá Couto. Neste caso, em Portugal não tenho registo ou impedimento de outros participantes que tenham passado pelo processo de solicitação de uma licença para o *classmate PC referre design* entregue pelo ODM, mas posso investigar esse assunto pois não tenho informação precisa sobre isso. Mas, tanto quanto é do meu conhecimento, o único, neste caso particular foi a JP Sá Couto.

Podem ter participado outros, mas aquele que avançou e disse «*Eu quero fazer isto*», apenas sei de um, mas pode ter havido outros pois estava aberto a todos os outros. Não foi como se o primeiro tivesse sido assinado e depois os outros já não podiam assinar, não, qualquer um que o pretenda fazer pode receber, uma vez mais com base nos tais critérios em termos do que vão fazer com os produtos, se vão fazer um trabalho adicional, que tipo de trabalho é, e dentro da razoabilidade, a licença é emitida. Não existe nenhum *fee* associado à licença, existe uma conformidade com a utilização do modelo, mas está aberto a todos que queiram participar. Neste caso penso que quem pretendeu avançar, a empresa que quis fazer esse nível de investimento em ir atrás de um mercado educativo específico, neste caso, com este projecto, foi a JP Sá Couto.

O Sr. **Presidente:** - Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): - Agora queria passar para o memorando de entendimento do dia 30 de Julho, já não com a JP Sá Couto, mas feito entre o Governo Português e a Intel.

Perguntava-lhe se tem ideia, se participou, se alguém participou na equipa de consultadoria e gestão, designada por MAT - *management advisory team*, equipa essa composta pelo Sr. Pedro Franco e Sr. Mário Correia por parte do Ministério das Obras Públicas, e por V. Excelências, Sr. Brian

Gonzalez e Sr. Nuno Martins? Perguntava quantas reuniões houve com estes senhores, sobre este tema e este memorando de entendimento, assinado a 30 de Julho?

O Sr. **Presidente:** - Para responder, tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez:** - Em primeiro lugar, em termos de formalização da equipa de planeamento (se assim o pretende) tal como mencionado no memorando, isso nunca foi realmente executado. Houve discussões entre algumas pessoas sobre aspectos particulares, obviamente sobre os componentes do memorando, mas em termos de terem sido realizadas reuniões em particular em resultado deste memorando, e na qual tenha participado, não houve nenhuma. Uma vez mais, pensou-se constituir essa *management advisory team* numa determinada fase da atribuição, mas não se realizou qualquer reunião tanto quanto me recorde, relacionada com esse assunto. As únicas discussões foram sobre a criação do documento, no qual se pretendia que ficassem cobertas determinadas áreas, mas sobre esse assunto específico, e tanto quanto me recorde, não ocorreram quaisquer reuniões.

O Sr. **Presidente:** - Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): - É exactamente nessa resposta que reside a minha dúvida. Ou houve entendimentos e houve alguma execução do acordo até ao dia 30 de Julho ou eu não consigo perceber como é que até 30 de Julho, que o memorando de entendimento dizia que a Intel tinha que encontrar em Portugal, uma empresa com capacidade de produzir *software e hardware*, faz parte da cláusula n.º 7 do memorando de entendimento que a Intel assumia que tinha que encontrar um OEM local e

um ODM, mas no dia 30 de Julho o País ficou a saber, com a presença do Sr. Craig Barret, presidente do conselho de administração da Intel, e o Primeiro-ministro e vários ministros portugueses, que já existia um ODM e um OEM, que apareceu. Chamava-se JP Sá Couto e também apareceu o *Magalhães*.

A minha dúvida é a seguinte: se não houve nenhuma reunião, se Intel não definiu, nem conversou com ninguém, se o acordo – como refere a carta do Ministério das Obras Públicas e da Intel – não teve nenhuma execução, como é que foi possível chegar ao dia 30 de Julho com o processo praticamente concluído, porque, meses depois, estavam a ser distribuídos 3000 computadores. Portanto, presumimos que algo estava feito anteriormente. Esteve ou não em alguma reunião ou em algum processo que conduzisse a que, a 30 de Julho, fosse feita esta apresentação com todas estas entidades envolvidas, incluindo o *chairman* da Intel?

O Sr. **Presidente:** - Para responder, tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez:** - A minha participação, o meu envolvimento e o envolvimento da minha equipa centrou-se neste documento que surge aqui novamente como a iniciativa *Magalhães* na perspectiva alargada do projecto de transformação tecnológica, e realizaram-se algumas discussões sobre o produto de transformação educativa em termos muito gerais. Craig Barret estava na Europa quando fui convidado a assinar este documento específico. Disse-lhe que este era um projecto educativo e ele ficou entusiasmado em visitar Portugal e em participar naquilo que, na minha opinião, iria ser a assinatura deste *memorandum of understanding*, e que, mais uma vez, iria abordar a oportunidade de transformação abrangente de levar a tecnologia para as salas de aulas. Tal como vimos para o projecto e-

escolas, e provavelmente com o mesmo tipo de resultados positivos, havia muitas conversas, porque nesse dia foram dados uma série de sinais, pelo que havia muitos pactos a ocorrer em paralelo. A minha equipa centrou-se não num equipamento específico, mas sim no âmbito mais alargado do significado da transformação educativa e nos tipos de implementações de tecnologia que tínhamos que ter em consideração.

Houve discussões em paralelo com várias áreas do governo, mas eu apenas posso falar da discussão sobre esta iniciativa em particular e não participei em conversações sobre um equipamento específico que pudesse ser oferecido a um OEM local em particular. A um nível mais alargado, estamos a olhar para uma imagem mais abrangente da transformação tecnológica que fazia parte do memorando.

Um ponto a acrescentar a isso é que identificámos também o ODM em termos do nosso trabalho contínuo para trazer o *classemate PC reference design* a uma audiência o mais alargada possível, daí que o nosso foco fosse em torno desse tipo de actividades, e não especificamente, ou numa perspectiva, do que poderia acontecer com um actor em particular, dentro do sistema português, um processo que se desenrolaria mais tarde, é a minha opinião.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): - Sr. Brian Gonzalez, quero perguntar-lhe se, na sua opinião, tem alguma explicação para que o memorando desta comissão, que me parecia ser bastante razoável, acabasse por não ter qualquer execução. Isso é afirmado pela Intel e pelo Ministério das Obras Públicas. Qual é a explicação para o facto de, depois de 30 de Julho, nada do que aqui estava e que era suposto ser cumprido tivesse visto a luz do dia?

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra, Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - Quando se olha para o memorando, não é incomum, poderíamos dizer que era uma infelicidade, porque estaria a entrar numa discussão partindo de determinadas expectativas e presunções sobre o que iria fornecer e sobre qual seria o seu ambiente específico, as coisas mudam e as soluções podem seguir determinado rumo, o que foi muito bom neste acordo não vinculativo, em que pensámos nas coisas, mas nem sempre é o caso em que estes pontos são cumpridos.

Acho que neste caso havia uma indicação clara de que alguma coisa deste género aconteceu. Em discussões com o Governo, olhámos para o mundo de uma perspectiva ampla. Tivemos uma visão muito vasta do mundo. Continuamos a fazê-lo, porque entendo que o nosso papel é esse mesmo. Todos olhamos para o futuro e noutras direcções mas nem sempre escolhemos um caminho em particular para obter essa visão à qual queremos chegar, e acho que neste caso o memorando tinha vários elementos relevantes, nas considerações, que, mais tarde, dentro em pouco tempo, fará ou não sentido seguir e nesses casos não o fizemos. Acho que é o que se passa com muitos bons documentos, não acho que se trate de uma objecção aos documentos ou ao processo, trata-se apenas da exequibilidade dos projectos e do programa.

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral. Ainda tem 2 minutos e 30 segundos.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): - Sr. Presidente, não os irei gastar, porque vou concentrar duas perguntas.

O Sr. Brian Gonzalez respondeu ao meu colega do Partido Socialista que a Intel não recebeu qualquer verba do Governo português. Só para completar a resposta, pergunto-lhe se pagou alguma verba ao Governo português ou a alguém.

Depois, utilizando as suas palavras, quero falar-lhe de uma infelicidade, pelo menos para mim, uma vez que perdemos a oportunidade de ter, porventura, um *cluster* informático, com criação de emprego e com criação de riqueza, que não tem a ver com os acordos, tem a com a notícia e com a informação que dava nota da intenção do Sr. Craig Barrett de fazer uma fábrica em Portugal, juntamente com a JP Sá Couto, para fabricar computadores, sendo que o Governo português apontava para 5 milhões de computadores, quer para o mercado nacional, quer para o mercado internacional.

O que eu gostaria de saber é o que é que aconteceu? Estamos perante a mesma explicação dos memorandos de entendimento, em que existe boa-fé, boas ideias, que, depois, não se concretizam, ou houve algum motivo que explicou o abandono desta ideia ou ela está apenas adiada no tempo?

O Sr. **Presidente:** - Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez:** - Em primeiro lugar a Intel não pagou a ninguém do Governo Português. Em segundo, compreendo o seu sentimento em relação a alguns aspectos do memorando, que observámos, nomeadamente, o *cluster* e alguns elementos tecnológicos, mas também lhe quero garantir que, pelo que pude observar, muitas das coisas que aconteceram dentro do contexto de transformação tecnológica em Portugal resultaram melhor do que se podia prever neste documento.

Deixe-me dar-lhe um exemplo: em Novembro, 188 delegados de 44 países

participaram nos primeiros eventos mundiais de *e-learning*. Tivemos pessoas do Sri Lanka, da Formosa, até americanos e franceses vieram aprender. Os nossos amigos de Espanha vieram para tomar notas, a Alemanha esteve aqui em força, havia 10 pessoas da Rússia. Têm de se orgulhar disso, e isso aconteceu não por assinarmos o memorando e por não fazermos coisas, isso aconteceu devido a esta iniciativa de transformação, que para além de ter sido a melhor, foi a mais criativa no sistema educacional português, e o resto do mundo veio ver e aprender. Fiquei orgulhoso de ter ido a esse evento, acho que também se orgulhariam. Gostaria de falar de outra coisa, no país de onde venho, os EUA, o utilizador avançado, uma pessoa que sabe como usar a tecnologia tem 18 anos. O utilizador avançado, em Portugal, tem 11. Acho que isso diz muito sobre o potencial e sobre as coisas muito boas, sobre a transformação que está a ocorrer em Portugal, e acho que haverá muito mais *clusters*, não em algumas das grandes superfícies, mas em muitas das pequenas salas de aula. E dou os parabéns aos que estiveram envolvidos neste projecto. A participação da Intel foi muito, muito pouca, mas fomos testemunhas desta transformação educacional e ganhámos imenso com ela. Concordo que algumas coisas deveriam ter sido feitas, mas acho que os resultados do que foi feito, e o que está a acontecer, representam uma transformação enorme, em muitos aspectos, muito mais duradoiras do que um ponto do memorando que não foi executado.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): - Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar o Sr. Brian e toda a equipa da Intel pelas explicações que nos

deram ao longo desta manhã.

Quero começar por tentar perceber, porque continua a parecer-nos estranho que, em todos estes desenvolvimentos que culminaram na assinatura do protocolo no dia 30 de Julho de 2008, com a presença em Portugal do *Chairman* da Intel, não foi uma pessoa qualquer, foi uma das pessoas mais importantes da empresa, nada tenha ocorrido da parte da execução desse memorando. Por tudo o que vemos em todo este trajecto do programa e.escola e e.escolinha, é motivo para perguntar se não terá sido o memorando em si uma forma de formalizar aquele que era um acordo, era uma prática, que já tinha sido oficializada antes ou, pelo menos, já tinha sido colocada em acção antes.

Pergunto isto, porque vemos, no âmbito do projecto e.escola e do projecto e.escolinha, que os contratos são assinados *a posteriori*, como aconteceu na distribuição de computadores, por exemplo.

Por isso, a primeira pergunta que lhe faço é esta: este memorando de entendimento não foi concretizado ou serviu, na prática, para justificar aquele que era o trajecto que já tinha sido percorrido pela JP Sá Couto na criação de um computador com base no *classmate*, na criação de uma unidade ODM com a ECS, e no contacto com o Governo português na distribuição dos computadores aos alunos do 1º ciclo?

O Sr. **Presidente** - Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra, Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - Acho que há aí três questões, mas deixe-me começar pela primeira, sobre o Dr. Craig Barret. Não é comum que Craig Barret visite um país para uma iniciativa específica. Não é incomum para Craig Barret se apaixonar por educação. Acho que houve algumas coincidências e circunstâncias felizes na visita dele. Ele tinha uma viagem

para a Europa, sabíamos que ele estaria na Europa, então a oportunidade... Às vezes há bons *timings*, às vezes não. No nosso caso, como na Intel achamos que este nível de transformação educacional seria algo a que ele deveria prestar atenção, porque viaja muito, mais do que qualquer outra pessoa na Intel, e seria imperdoável não lhe dar conhecimento que uma coisa espectacular estava a acontecer, não era sobre este documento, mas sim sobre o projecto e-escolas, que veio antes. A abordagem à transformação na educação por parte de Portugal era séria e coerente, o que era muito importante e, no meu papel, de gerente para Portugal e Espanha, achava que era importante ele ver isso. A sorte esteve do meu lado, porque aconteceu ele ter um dia disponível, enquanto estava na Europa, pensei que fizesse esta viagem de propósito, mas não tinha de o fazer porque já estava na Europa.

O interesse da Intel com a visibilidade deste projecto tem sido muito e muito forte. O memorando não é um acordo, não olhamos para as coisas em termos de documento, mas em termos de resultados, e neste caso, houve muita discussão à volta de alguns dos principais componentes e aspectos da transformação tecnológica nas salas de aula, e foi o memorando que trouxe essa discussão. Mas no fim, se houver um caminho melhor ou diferente pelo qual tenhamos de ir, sem necessariamente ter de voltar atrás, e dizer: *«bom, temos de fazer isto porque era nossa intenção»*, com a informação que tínhamos nessa altura... Como já disse, aconteceram muitas coisas nesse dia, não estava ao corrente de muitas delas porque estava a discutir este âmbito em especial. E quando apareceram outros, faz sentido que alguma desta discussão ainda fosse relevante, mas não versava necessariamente sobre o que precisava ser posto em prática, de determinada forma, e que se encontra mencionado nesta carta de intenções.

Como já disse, acho que o documento tem ideias muito boas, já falámos sobre algumas delas, acho que algumas foram implementadas de acordo

com a sua relevância, a maior parte foi seguida, porque não havia necessidade de obter os resultados da transformação que estava a acontecer. Acho que o documento não é... Se foi alguma coisa, foi o gatilho para olhar para todas as áreas de transformação e não apenas para os dispositivos. Olhar para o conteúdo e educação, transferência e capacidade da tecnologia, e acho que com este resultado, era um bom ponto da ordem de trabalhos, um bom tópico de discussão, e do ponto de vista da Intel permitiu que se desenrolasse um diálogo sobre esta ideia de transformação da educação e quanto a Craig Barret, ele é apaixonado por isso. Parecia uma coisa do outro mundo, o facto de ele vir, para mim, seria um enorme problema se não viesse, não pelo que tinha sido anunciado para esse dia, mas pelo que se estava a passar em Portugal, desde há dois anos, em termos de adopção da tecnologia nas escolas, com o projecto e-escolas. Essa era a minha perspectiva sobre o assunto.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): - Muito obrigado.

Se olharmos para as palavras que nos trouxe e avaliarmos os resultados, mais do que os documentos, vemos que o resultado foi a adopção no dia 30 de Julho de 2008 de um computador baseado no tal *classmate PC reference design*, que era o *Magalhães* e as suas especificações já tinham sido determinadas e preparadas para se adaptar ao mercado português e por isso percebemos, por exemplo aquela parte que no memorando falava da Intel servir como auxiliar na definição de uma estratégia para a tecnologia nas escolas em Portugal, já tinha o trabalho adiantado porque o próprio *classmate*, produto da Intel já tinha sido preparado e foi apresentado nesse dia para estar adequado ao mercado português.

A pergunta que lhe faço decorre desta ideia, se já tinha existido algum contacto entre o Governo e a Intel, em que a Intel tivesse auxiliado o Governo na escolha e na definição de características para a transposição do *classmate* para Portugal, na sua transformação em *Magalhães*, ou isto foi apenas obra da JP Sá Couto, do Governo, e a Intel não teve nada a ver?

O Sr. **Presidente:** - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez:** - Mencionei isso, que o *classmate PC reference design* estaria disponível a partir de Novembro de 2007. Também mencionei que não seríamos prescritivos acerca de futuros conjuntos de dispositivos ao serviço da transformação na educação no 1º ciclo, o que obviamente seria o alvo da população do memorando, por exemplo. Olhamos para as coisas num contexto mais amplo e o nosso papel era aconselhar sobre modelos de utilização, trabalhos, sobre como o conteúdo faria parte da solução geral. E não em relação a um dispositivo em especial, em particular. E a selecção e as discussões que poderão ter havido entre JP Sá Couto e os operadores da Telco, que trouxeram o dispositivo, foram conversas que teriam em qualquer circunstância, ou neste contexto específico em que estamos a falar. O evento de 30 de Julho ou Junho contou com muitas partes, houve muitas discussões, foquei-me no meu papel em termos deste memorando específico, e, pelo que tive conhecimento, houve várias discussões convergentes mas o foco Intel e da vasta experiência eram as áreas de adopção de tecnologia mais amplas, e não um determinado operador de mercado.

Como já disse antes, procurámos fornecer aos parceiros de ecossistema o acesso a soluções, e os que se queriam adiantar no fornecimento de soluções a esse nível podem sempre fazê-lo. Nem sempre teremos gente

que se irá adiantar, muitos não o farão. Mais uma vez, a discussão em termos do nosso papel foi a de fornecer um nível de base alargado, consultas de tecnologia nas salas de aula, o dispositivo era apenas uma selecção específica por parte de outros, mas não necessariamente por parte da Intel.

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): - Percebo o que disse, mas a verdade é que as notícias não confirmam estas afirmações, ou pelo menos esta perspectiva do negócio e passo a ler uma delas:

«O Chairman da Intel, Craig Barret, se alia ao Primeiro-ministro de Portugal para dar início ao programa que fornecerá 500 milhares de PC's educacionais para crianças portuguesas. A iniciativa Magalhães, com o novo plano do Programa Educacional Tecnológico de Portugal, foi lançado hoje pelo Primeiro-ministro português José Sócrates, e pelo Chairman da Intel Craig Barret. Para o próximo ano lectivo o programa busca fornecer meio milhão de computadores baseados no classmate PC...» (por aqui vemos que há um artigo concreto que resulta deste memorando de entendimento e desta intenção) *«... equipado com a tecnologia Intel para as crianças portuguesas. De acordo com a iniciativa Magalhães cerca de meio milhão de crianças do País, cursando o ensino básico, receberão os PC's educacionais ao longo do próximo ano lectivo por meio do Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Os classmates PC's totalmente funcionais foram projectados para estudantes jovens [...] o software orientado para educação para o classmate já está disponível em português e em outros idiomas.»*

Esta notícia poderia ser, como em outras audições que já tivemos, desmentida por ser mais uma notícia de jornal e mais uma interpretação errada dos factos. Mas o que temos na realidade é que esta notícia é uma nota de imprensa lançada pela própria Intel, onde a Intel diz que se alia ao Governo Português para fornecer 500 000 computadores em Portugal, que é o universo de estudantes do 1º ciclo. E por isso percebemos e achamos estranho, porque depois esta notícia foi transferida para o estrangeiro numa versão um bocadinho diferente e alguns jornais da especialidade dizem que a Intel, no dia 30 de Julho de 2008 assina o contrato ou assina o memorando, que permite fazer «*o maior negócio para o classmate PC da Intel, à data*».

Como é que nos explica que a Intel tenha assinado um memorando com uma importância destas para a empresa, que inclusivamente contou com a presença do *chairman* da Intel, memorando esse que previa a distribuição de computadores pelo 1º ciclo no ano lectivo seguinte e depois nos diz que o aconteceu (a execução desse memorando) não teve nada a ver com a Intel? É que uma coisa não bate com a outra e essa explicação é importante para esta Comissão de Inquérito.

O Sr. **Presidente:** - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez:** - Em primeiro lugar, o Sr. Barret não assinou o memorando, eu assinei. Foi testemunha.

A esse respeito, não é incomum termos acordos que não são cumpridos na totalidade, em alguns pontos, e neste caso, a maioria não foi.

Em termos de pontos novos em relação a isto, houve muitas notícias, algumas delas foram uma combinação de acontecimentos que estavam a acontecer no caso do *press-release* que tivemos. Acho que na perspectiva

dos dispositivos, pode haver uma extrapolação nas dimensões do mercado e aquilo que têm, onde alguns destes números se aproximam.

De facto, em termos de desenvolvimento de capacidades de um *pc classmate reference product design* a nível nacional, esse produto foi baseado nisso, foi um dos maiores, se não o maior, de uma só vez. A esse respeito, pelo menos alguns tinham a possibilidade de que estava a ser implantado.

Acho que quando olha para isso, em termos de perspectiva da importância que a Intel tem dado à educação, não é incomum darmos este tipo de atenção, a este tipo de acontecimentos, e ao mesmo tempo não é pouco usual que um memorando de entendimento não seja cumprido na totalidade.

Outro ponto é que não se tratava apenas da oportunidade que se apresentava em termos deste nível reuniões em larga escala de reuniões, mas que esse tipo de projectos de transformação, que eram do interesse de outros países, fosse bastante visível e do interesse de outros países como o Brasil e outros locais da América Latina que procuram este tipo de projectos de transformação com interesse.

O Sr. **Presidente:** - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): - Das palavras que disse depreendo, e transformando isto na intenção do memorando de entendimento, foi que o ponto de vista da Intel é que este memorando de entendimento traria uma visão para o fornecimento a todo o universo de alunos do 1º ciclo com computadores *classmate* PC, e isso é feito no mesmo dia em que se apresenta ao mundo o *Magalhães*, que é o produto resultante do *classmate reference design*, para Portugal, já adaptado com as definições de hardware

que a JP Sá Couto admitiu como sendo as necessárias e as que melhor se adaptavam ao mercado português. Por isso temos na mesma cerimónia a apresentação do *Magalhães*, um produto pensado por um OEM português da Intel, produzido por um ODM asiático da Intel, que fez um acordo com este OEM, isto é com a JP Sá Couto, e que foi apresentado no mesmo dia em que a Intel anuncia ao mundo o maior negócio de sempre, como sendo a venda de 500 000 computadores em Portugal, os referidos *classmates* PC que em Portugal tinham o nome e capa de *Magalhães*.

Este memorando é assinado num contexto em que o resultado do memorando em si está à vista porque o caminho traçado pelo memorando passa pela escolha de um OEM que se tenderá a transformar num ODM e que produzirá computadores para o 1º ciclo em Portugal, por isso este memorando ao ser assinado já estava implicitamente concretizado no *Magalhães*. No entanto a Intel, que assina o memorando, diz-nos que nada teve a ver com a criação do *Magalhães* (produto da JP Sá Couto enquanto OEM da Intel não direccionada para tal pela Intel) e nada teve a ver *à posteriori* com a execução do programa, nem com a criação do centro de competências, nem com o acompanhamento enquanto uma espécie de consultora para a tecnologia por parte do Estado.

E a pergunta é, em que data é que a Intel tem conhecimento do *Magalhães*, e se isso acontece antes do memorando, e como é que falando tão apaixonadamente como falou da experiência portuguesa, em particular do e-escolinha (programa com o qual a Intel se envolve mais directamente) depois a prática não está de acordo com essa paixão? E não está porque nos diz que a Intel não fez mais reuniões com o Governo, não prosseguiu a execução do programa, não acompanhou a execução do programa com o Governo, ou seja não deu corpo ao memorando de entendimento.

Apesar da pergunta ser repetida é importante que nos esclareça porque me parece, pelo menos essa é a interpretação do Bloco de esquerda, que ainda

não foi esclarecida, ou seja, como é que a Intel assina este memorando de entendimento que traça este projecto, que é edificado no *Magalhães*, mas depois se desvincula dele e diz que nada teve a ver com ele?

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Para informação, falta um minuto.

Tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - No âmbito do esforço que podemos observar no memorando, é o primeiro ciclo escolar: e-escolas foi o primeiro ciclo.

Não somos estranhos a designs de referência especialmente adequados ao primeiro ciclo escolar. Não estivemos activamente envolvidos em termos de solicitação de um parceiro em particular para adoptar este tipo de modelo de referência. A JP Sá Couto e outros actores do mercado conheciam o modelo *classmate* de referência e sabiam como o obter. Existia muita informação no mercado disponível para todos os actores que podiam participar neste tipo de iniciativas. Esse era um aspecto.

O outro aspecto que referiu, e relativamente ao qual concordo consigo, é que este memorando incorporava uma série de áreas importantes para este tipo de iniciativas, mas também discordo consigo sobre o facto de nos termos dissociado deste processo. Na realidade, a minha equipa empenhou-se mais do que nunca, tal como referi, no trabalho que desenvolvemos com o Ministro da Educação, demonstrando o sucesso de Portugal na transformação educativa, e um número de outras iniciativas e no trabalho contínuo que desenvolvemos com todo o ecossistema. Trabalhámos com outros actores no ecossistema que abraçaram a educação, em Portugal, com a mesma determinação que temos com todos aqueles com quem trabalhamos.

Aceito a sua crítica sobre o facto de o memorando conter partes que deviam

ou podiam ter sido aceites. No entanto, não concordo que nos tenhamos dissociado do processo conforme os acontecimentos se desenvolveram. Centrámos a nossa atenção onde tínhamos que prestar assistência, em termos de formação de professores, noutras áreas que seriam conteúdos relevantes, na validação de determinada tecnologia, e na utilização de modelos que seriam relevantes para o sucesso deste projecto.

É este o meu comentário à sua questão.

O Sr. **Presidente:** - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares (BE):** - Um dos tópicos do e de entendimento refere que a equipa de planeamento tinha, entre outros, o planeamento para aquisição dos PC's, formação, avaliação, ver os PC's a disponibilizar no âmbito da iniciativa *Magalhães*, especificações de hardware e software, perspectivas comerciais, identificação do *local OEM* ou importador registado.

Todos estes tópicos, todas estas ideias, na data de assinatura do memorando já estavam a ser cumpridas pela J.P. Sá Couto.

Isto não foi feito porque a JP Sá Couto já estava a cumprir estes requisitos?

O Sr. **Presidente:** - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez:** - Num projecto com este âmbito e com esta complexidade, há muitas pessoas a fazer muitas coisas diferentes. Se olharmos para a forma como o documento foi assinado ou não, reflecte nalguns casos, o pouco conhecimento que tínhamos sobre as coisas que poderiam estar em curso simultaneamente.

E assim, então há coisas que já estão implementadas ou que estão a ser implementadas ou em que ecossistemas específicos disseram «*Adiro a isto*» e «*vou fazer isto com os operadores da Telco, porque quero participar neste mercado, porque que seguir a direcção da transformação educativa e quero ganhar experiência nessa área*». Existem muitas variáveis que não podemos prever e que não podemos controlar.

Em Portugal existem uma série de variáveis deste tipo, dentro do contexto de trabalho que a Intel ia desenvolver. Vamo-nos centrar nos aspectos onde podemos adicionar mais valor, temos recursos limitados, pelo que vamos avançar e fazer tudo para garantir que podemos ajudar Portugal a ter o maior impacto possível. O nosso foco era nessas actividades, e era nestas actividades que estava centrada a minha equipa.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): - Muito obrigado Sr. Presidente.

Srs. Deputados, começo por cumprimentar o Sr. Brian Gonzalez e a vantagem, nesta altura, de fazermos perguntas é a de que muitas das questões já foram adiantadas e respondias pelo que agora podemos aprofundar alguns aspectos mais específicos e retomar algumas questões.

Em primeiro lugar, gostava de fazer uma pergunta acerca da expressão que utilizou sobre os acordos com os fabricantes de equipamentos – *local OEM* – os «acordos standard» porque se presume que há uma negociação com empresas em todo o mundo, e nesse caso há uma tipificação de normas, procedimentos e cláusulas que a Intel coloca aos *local OEM* ou *ODM* e por conseguinte ficamos com a ideia de que serão muitos os países, e ainda mais os fabricantes (sejam OEM ou ODM) com que a Intel tem acordos comerciais ou de licenciamento. E gostava de saber se isso também acontece em relação aos Estados e aos Governos, ou seja, se existe um

memorando de entendimento *standard*, se existe um memorando que tenha sido assinado com vários Estados, se este memorando de entendimento de 2008 entre a Intel e o Estado Português é único e original, ou se é igual a outros, se é adaptado de outros e que experiências existem por parte da Intel nesta matéria?

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - Para nós, termos diferentes tipos de memorando com diversos países não é único e é muito comum. Este memorando em particular segue um formato *standard*, onde temos um acordo, alguns antecedentes e alguns pontos no formato que pode ver, mas o conteúdo deste memorando, a orientação de um memorando é muito diferente em cada caso, é absolutamente única, e na maior parte dos casos é diferente e, nessa medida, podem ser únicos.

Tal como o meu distinto advogado e colega me recorda, existem cláusulas *standard* que se espera que estejam presentes nestes acordos, apesar de não serem contratos, são legalmente vinculativos, existe um entendimento, e uma carta de intenções, nalguns casos, ou também são assim chamados.

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): - Nesse caso trata-se de uma afirmação de compromisso de cada uma das partes relativamente à sua própria conduta ou relativamente às suas próprias acções?

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - É um compromisso de envolvimento, é um entendimento de conversação, determina, nalguns casos, uma certa direcção onde os recursos se podem aplicar a trabalho numa forma específica durante um curto espaço de tempo ou surgir com alguns resultados em particular.

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): - Muito obrigado.

Penso que esta questão ainda não foi explicada, se existia um passado de relacionamento entre a Intel e o Estado português, principalmente orientado para a educação, como é que uma iniciativa destas passa completamente ao lado do Ministério da Educação e é concentrada no Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações?

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - Quando nos comprometemos com um governo, muitas vezes também se trata de quem se compromete connosco. Existem vários aspectos que gostaria de comentar. Um é a relevância de uma série de questões sobre a conectividade de banda larga. Existiam operadores de telecomunicações que estavam interessados neste tipo de projectos, tive várias conversas com membros das equipas que trabalham para o Ministério da Educação, e na realidade tivemos um acontecimento antes deste, onde ocorreram conversações sobre o conteúdo educativo e

sobre os requisitos para esses conteúdos. Existe sempre um papel activo sobre a perspectiva da oferta sobre quais os tipos de oferta que se adaptarão melhor à utilização em termos de instrução por parte dos professores, e faz parte das conversações em que muitos ministérios estão envolvidos. Mas é óbvio que o ministro da educação tem aí um papel. Penso, tal como fica claro aqui, que parte deste memorando representava um âmbito abrangente, e não podemos ter um projecto de transformação educativa sem recebermos informação por partes dos ministros da educação. Concordo totalmente.

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): - Nesse caso, se bem compreendi a sua resposta, foi a iniciativa por parte do Estado português, por parte do Governo português de contactar a Intel, na pessoa ou através do Ministério das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, foi isto que confirma este memorando agora, correcto?

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - Desde 2005 que temos, se bem me recordo, um papel activo em projectos na área da educação em Portugal.

Recordo-me que desde Julho de 2007 que tenho conversações com membros de vários ministérios sobre este tipo de projectos. Quem contactou quem primeiro? Tenho equipas que são muito activas em termos de conversação, sendo embaixadores, promovendo a transformação tecnológica na educação, pelo que é muito provável que tenha havido um evento que tenhamos promovido ou que alguém tenha promovido, onde se

tenha debatido este tipo de projectos. Não posso especificar quem contactou quem primeiro. Tenho conversações com muitas áreas do Governo sobre este tipo de projectos.

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): - Muito obrigado.

As coisas que estavam previstas no memorando de entendimento e que não foram concretizadas, o Sr. Brian Gonzalez disse, há pouco, que ao longo do tempo foram consideradas desactualizadas, que já não corresponderiam ao momento e à oportunidade.

Gostava de perceber se estas acções foram ficando adiadas e depois acabaram por não ser realizadas porque a Intel já não as considerava interessantes, porque o Governo português manifestou ou não à Intel que já não as considerava interessantes, ou se, sem ninguém falar com ninguém, pensaram que já não eram interessantes e que o outro também pensaria isso? Como é que se chegou à conclusão que já não haveria margem para estas iniciativas e como é que se chegou a este acordo tácito? Uma vez que não há nenhum *impeachment* relativamente ao memorando.

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Brian Gonzalez.

O Sr. **Bryan Gonzalez**: - É uma boa pergunta em termo de realidades.

Não penso que tenhamos perdido interesse em trabalhar nestes itens, penso nalguns destes itens quando tivemos as nossas conversas, e quando estávamos a pensar quais seriam as áreas onde iríamos aplicar recursos, se tornaram menos relevantes do que outras. Ao mesmo tempo, levantaram-se

novas preocupações sobre as questões de implementação, em redor das áreas da própria Intel no âmbito da educação, que queríamos tratar primeiro antes de abordarmos algumas das outras áreas. Penso que é uma combinação de factores, não posso dizer «*não, bem, vamos avançar e depois perdemos o interesse*» ou «*fizemos isto*». Alguns destes itens foram, não diria ignorados, mas não foram trabalhados, comparativamente a outras coisas que estávamos a trabalhar, e que se tornaram uma área de decisão prioritária.

Um bom ponto que gostaria de realçar é que estes são documentos de comunicação, algumas destes pontos estão a acontecer, apesar de não estarem a acontecer com o nível de profundidade que pensaríamos caso se tratasse de um acordo, mas é uma carta de entendimento e uma forma de se ter uma agenda. Existem coisas seguidas a um nível mais alto do que outras e penso que, neste caso, houve uma série de coisas, tal como dissemos, que não foram postas em prática.

Existia uma linha de pensamento subjacente a este processo, mas também havia outras prioridades e acções, tal como outros pontos que não se concretizaram sobre um determinado item do memorando.

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): - Obrigado.

Gostava de me concentrar em coisas deste memorando que, segundo me parece, foram concretizadas.

Uma delas tem a ver com a parte A do memorando, isto é, aquilo que coloca o centro da primeira parte da iniciativa *Magalhães* num computador. A parte B, que é o tal projecto de transformação da educação que o Sr. Brian Gonzalez mencionou, resulta de uma forma de incentivar e valorizar

a parte A que é o fabrico, produção e distribuição de computadores. Isto permite concluir, com alguma justiça, que o projecto educacional aparece no memorando de entendimento como uma forma de complementar ou potenciar a parte A.

Gostava de perguntar se, à luz desta definição que consta do memorando de entendimento, o Sr. Brian Gonzalez conhece e se a Intel tem informação actualizada sobre o que se poderia considerar como a inexistência de uma transformação efectiva nos processos educacionais em Portugal, em termos nacionais?

Sabemos que há projectos interessantes, pioneiros, nesta ou naquela escola, mas não existe nem nunca existiu esse tal projecto de transformação da educação, utilizando e aproveitando o potencial das tecnologias, pelo contrário, aquilo que ficou foi essencialmente umas centenas de milhares de computadores, o que já é alguma coisa, mas que demonstra uma perspectiva comercial muito aquém da visão estratégica que tem referido nas suas intervenções.

Gostava de saber se tem essa informação e como é que, à luz dessa informação cruzando com o que consta do memorando de entendimento, enquadra essa visão de transformação da educação?

O Sr. **Presidente:** - Muito obrigado.

Informava que tem mais dois minutos, Sr. Deputado Bruno Dias.

Tem a palavra o Sr. Deputado Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez:** - A Parte A e a Parte B são dois lados da mesma moeda, não podemos separá-las. Não podemos ter as peças de conteúdo e a formação dos professores sem os equipamentos, e não podemos ter os equipamentos sem a formação dos professores e os conteúdos. Assim, absolutamente não, e penso que ambos concordamos com isso. Preenso que

se complementam mutuamente. Relativamente ao *World Ahead*, e à nossa vasta experiência neste tipo de projectos, falei sobre alguns pilares: acessibilidade (podemos definir isso como sendo o PC), conectividade (a ligação desses PCs), e o conteúdo. Se olharmos para o esquema destas áreas – A e B – penso que são duas áreas muito complementares. Quando visitei recentemente, há uns meses atrás, uma escola no Porto que estava a implementar o projecto e-escolinhas, ficou muito claro para mim que essas duas componentes apareciam juntas, porque as crianças estavam envolvidas no conteúdo com os equipamentos.

A transformação educativa é um trabalho árduo, e não se conseguem ver os resultados logo no dia seguinte. Não se trata de ligar as luzes e agora estão todos iluminados. Ou seja: acendemos as luzes e fazemos algum deste trabalho e então temos realmente que garantir que não fica dentro de uma concha, que as pessoas utilizam os equipamentos com a intenção de melhorar o ensino e a aprendizagem. Diria que numa grande maioria destes casos vi isso a acontecer em Portugal.

Isso acontece sempre com a rapidez que gostaríamos? Não.

Acontece como gostaríamos na totalidade? Deixe-me dizer-vos, e volto a referir-me ao sucesso de Portugal, é que os países estão a vir a Portugal para ver como é que funciona. É perfeito? Nas nossas mentes, estamos perto disso, queremos sempre fazer melhor. Mas num sentido relativo e completo, é transformador e existe um compromisso sério e real para com esta mudança. É um ingrediente para o sucesso, e foi uma das coisas que eu, enquanto participante deste processo, vi que a maior parte dos países não tem para fazer este trabalho. Quando olho para as escolas que visitei, fica muito claro que a formação dos professores já começou a ocorrer, na medida em que estou na realidade familiarizado com as situações que chamaram inicialmente a nossa atenção sobre a formação dos professores, e para garantirmos que estes equipamentos, onde quaisquer que sejam, e

independentemente de quem os fornece, não «aterram» e são colocados no armário, mas que são incorporados na prática do ensino.

Nessa medida, essa transformação aconteceu. Não pode acontecer em 100% do tempo, mas acontece nestas situações onde o compromisso se encontra com a acessibilidade, com a conectividade e com o conteúdo, que permitiu que estas transformações ocorram. Pela minha experiência, isto acontece em muitas situações em Portugal.

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): - Muito obrigado.

A Intel no primeiro semestre de 2008 estava a negociar, ao mesmo tempo, com o Estado português até à assinatura do memorando de entendimento, e também com a JP Sá Couto, para o acordo de licenciamento enquanto *local OEM*, fabricante local do *classmate* ou *Magalhães*.

Esta articulação simultânea de negociações, por parte da Intel, estava a apoiar mutuamente os processos de desenvolvimento negocial, ou seja, qual era comunicação entre estes dois processos simultâneos?

Uma outra questão, relacionada com esta, tem a ver com a sequência cronológica, o *timeline*. A iniciativa *Magalhães*, e em particular o computador *Magalhães*, são a aplicação, a concretização do programa e-escolinhas, mas o meio de aplicação surge antes da ideia que supostamente se pretende aplicar; trata-se de uma sequência atípica. Perguntava se este tipo de enquadramento posterior ao produto negociado é frequente?

Pergunto também, quanto tempo demoraria outra empresa candidata a produzir, a manufacturar, tal ou tal computador, a partir do momento em que um mês e meio após esta apresentação são feitas as especificações requeridas às operadoras para irem ao mercado procurar um computador

para as escolas?

Sr. Presidente, se tivermos mais uma ronda, tenho apenas mais uma pergunta que deixava para essa altura.

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - Existiram conversações em Novembro de 2007 com alguém que queria participar no programa de design de referência do PC *classmate*, através de ODM, por isso é muito provável que várias partes estivessem em conversações connosco durante este período, aqui em Portugal e noutros lados. No final, tal como alguém perguntou anteriormente, uma das partes avançou e foi até ao fim do processo. Tal como também referi anteriormente, o contrato de licenciamento não é em exclusividade, tem a ver com o modelo de utilização e estaria disponível para qualquer pessoa que o pretendesse. Nem todos avançaram para isso, mas estou certo de que houve várias conversações com as partes, porque sei que foi fornecida informação a todos os actores no ecossistema, através dos programas para os nossos parceiros de canal. Houve assim acesso à informação sobre o programa de PC *classmate*.

Em termos de simultaneidade, é normal para a Intel ou qualquer outra empresa trabalhar com diferentes grupos, e com diferentes especialistas – não será a palavra mais acertada, mas temos pessoas cuja principal função é trabalhar com o parceiro de canal ou uma multinacional, e outras pessoas que podem estar a trabalhar nas relações directas com os governos. É uma prática normal e de negócio que estas sejam conversações que mantemos em separado e é normal para a Intel; se olharmos para o nosso papel, e é fundamental para a nossa credibilidade no mercado. É comum para uma série de conversações em curso que possam ter havido discussões com

outros OEM em Portugal de que não tenha conhecimento, porque há equipas que estão a trabalhar connosco a tempo inteiro, e que a informação esteja bastante disponível na internet e assim por diante.

Nessa medida, não é totalmente incomum e em termos de haver discussões que são por natureza um enquadramento para um projecto de transformação, tal como referimos anteriormente, de alguma forma único, mas muitos elementos são reutilizáveis a partir de outros enquadramentos para este tipo de projectos.

O documento não era prescritivo, era muito mais aberto a uma agenda à discussão, mais do que este é o único caminho que vamos tomar pelo que muitos pontos não foram concluídos e não precisavam de ser concluídos.

É normal neste tipo de projectos de larga escala, que existam conversações entre várias partes nalguns momentos, sobre tópicos semelhantes. Não excludo isso, mas em conversações em que tenha estado envolvido não tive relações directas onde tenha estado numa reunião com uma parte e outra parte, e tenha dito «*estive nesta reunião*». Não fazemos isso. Posso falar pelas minhas próprias acções.

É normal que a informação geral esteja disponível. Temos um papel muito activo no trabalho que desenvolvemos no âmbito do nosso papel. Temos equipas que estão a trabalhar como muitos OEM locais, e temos equipas que não estão atribuídas apenas a um OEM local, mas trabalham com três ou quatro. É um desafio porque estamos a trabalhar com três ou quatro OEM locais que podem estar interessados, que podem ser vossos colegas, mas isto é parte do nosso processo de negócio. Trata-se de mantermos e respeitarmos esse nível de confidencialidade, e compreendermos que esta é uma parte importante da nossa credibilidade no negócio no sentido de fornecermos uma plataforma de produto que muitos irão manter para fornecerem a sua solução.

Para mim, algumas destas coincidências não são normais, e o próprio

documento era especificamente concebido para a oportunidade e o desafio é aqui em Portugal, mas tinha diversos elementos que irão encontrar em muitos documentos de natureza de transformação.

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Informava que terminamos agora a primeira ronda e chamava a atenção dos Srs. Deputados que estamos perto das 13 horas, e que ainda temos mais duas audições hoje, uma às 15 horas e outra às 18 horas.

Vamos dar início à segunda ronda, nas especiais condições com que a temos feito e pedia aos Srs. Deputados que se concentrassem nos esclarecimentos adicionais necessários, para sermos breves e podermos terminar esta audição em tempo útil.

Sr. Deputado Jorge Costa pretende fazer alguma questão adicional?

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): - Muito obrigado.

Tenho apenas uma única questão a colocar e aproveito para agradecer os contributos prestados pela Intel neste processo, embora percebamos que a preocupação da Intel se centrava mais nos conteúdos educativos do que na restante componente.

Percebemos, também, que houve sempre contactos com o Governo o que é importante porque um dos objectivos desta Comissão de Inquérito é avaliar a actuação do Governo; aliás o próprio nome da Comissão de Inquérito diz isso: avaliar a actuação do Governo em todo este processo. É importante sabermos em que medida é que o Governo esteve ou não envolvido e, daquilo que disse, concluímos que sempre houve contactos com o Governo, que o Governo esteve sempre envolvido embora depois a Intel assumia nada ter a ver com as escolhas efectuadas.

Fiquei com uma dúvida porque referiu, várias vezes, que as licenças eram gratuitas e que a Intel não tinha cobrado nada pelas licenças. Tenho aqui

um computador fabricado pela JP Sá Couto e que tem um autocolante que diz «Intel Centrino Dual». Isto é gratuito?

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - Nesse caso, esse autocolante representa a máquina ou o processador associado a essa máquina; é a marca do processador e o consumidor, vocês próprios podem ver que tipo de processador é que têm. Nesse caso, não seria tanto uma discussão sobre um licenciamento, mas sobre a compra de um produto. Penso que o licenciamento que temos estado a referir foi o licenciamento do modelo de referência do *PC classmate*, e essa é uma licença pela qual não cobramos. Temos algumas considerações sobre ser atribuída ou não.

O contrato de licença de marca registada para o fabricante desse equipamento que tem o componente Intel, permitindo o licenciamento a possibilidade de colocar gratuitamente esse autocolante, mas os componentes que compram, tanto aos ODM como aos distribuidores ou quem quer que os forneça são, neste caso, Centrino fabricado pela Intel.

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): - Muito obrigado.

Posso concluir que o negócio da Intel, neste processo, foi a venda dos componentes?

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - O negócio da Intel é construir o bloco ou ser fornecedor de componentes seria uma forma de falar, sobre as soluções. O papel da Intel, neste caso em particular no que se refere à educação, é fornecer a nossa experiência, quanto a soluções quando se compra um processador da Intel ou de outro fabricante, e que recebam os benefícios que esperam. Mas, em muitos casos, é um equipamento baseado na Intel, porque tem as características ou componentes que tanto o ODM como o fabricante decidem ter.

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Terminou o Sr. Deputado Jorge Costa.

Sr. Deputado Luís Gonelha.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): – Apenas uma questão rápida.

Já afirmei que a Intel não esteve envolvida na definição das características técnicas que o computador do programa e-escolinhas ia ter.

Primeira questão, como é que conheceu essas características técnicas definidas no programa e-escolinhas? As operadoras referiram-nos que conheceram no dia 15 de Setembro de 2008 e perguntaria quando é que a Intel teve conhecimento dessas características, na mesma data, antes ou depois?

Segunda questão, se conhece as características que constam do e-escolinhas, e conhecendo o mercado desta natureza, entende que as soluções Intel eram as únicas que cumpririam os requisitos técnicos colocadas no programa e-escolinhas ou haveria no mercado outras empresas ou marcas que poderiam corresponder a essas características?

Terceira questão, se o computador *Magalhães* era o único que correspondia a essas características ou se conhece outros computadores que poderiam,

em Portugal ou no estrangeiro, corresponder a essas características?

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - Quanto à primeira questão, na realidade não sei quando é que tivemos informação sobre as especificações do e-escolinhas. É uma informação que posso pedir ao chefe da minha equipa. Não me recordo as datas em que isso ocorreu.

Relativamente à segunda e terceira questão, estamos a olhar para um vasto âmbito de viabilidade em termos de operação, em termos da implementação ou não dessas tecnologias. Não vamos para os requisitos específicos, pelo que não definimos os critérios nestes casos que os senhores afirmam que eu referi várias vezes. É muito possível, e não tenho informação completa sobre todos os produtos no mercado, mas poderia calcular que é muito possível que existissem outras soluções. Não sei se se apresentaram, mas é possível. Tendo sido feita essa separação acerca das especificações... está a falar sobre uma imagem mais abrangente das coisas de que vamos precisar nestes tipos de ambientes. Existe um nível de detalhe muito importante, no qual não participamos. Pelo que podem existir outros actores e é muito provável que possam existir outros actores que cumpram esses critérios. Não sei quem ou quais são. Sei que o *classmate PC reference design* tem aplicabilidade em projectos cujo alvo são as crianças, devido a certas características. É um dos factos e um dos motivos pelos quais um ODM quereria produzir à volta desse design de referência e oferecê-lo a alguém que avance para comprar os referidos tipos de designs de referência.

Sendo que não tenho conhecimento sobre todos os PCs que tenham ficado disponíveis, tenho que assumir que existiria mais do que um que cumprisse

o critério. É a minha avaliação dessa questão.

É essa a minha resposta sobre esse assunto.

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): - Muito obrigado Sr. Presidente.

Queria voltar às perguntas da primeira volta, mais concretamente ao acordo entre a Intel e a JP Sá Couto, para fabrico distribuição e assistência pós venda.

Falou nisto apenas como um conceito de referência, algo que qualquer uma outra empresa poderia ter tido acesso, é um acordo grátis, ou seja percebemos que o *core business* da Intel é vender processadores e outro tipo de material, mas apesar de tudo este acordo fala em países pode ser produzido, nomeadamente Portugal, Venezuela e Brasil, quantifica o número de unidades (800 em Portugal, 1 milhão na Venezuela), e ainda especifica que qualquer alteração a este acordo tem que ser traduzida por escrito.

A JP Sá Couto, após a assinatura deste acordo de 31 de Dezembro, fica ou não em condições de exclusividade para produzir este computador?
Pergunta número um.

E se não, qual é o tipo de obrigação que este tipo de acordos traz? Ou seja qual é a obrigação de uma empresa que assina este acordo e qual é a obrigação da Intel?

Continuamos a estar perante acordos sem valia jurídica que podem ser incumpridos sem que daí advenha qualquer obrigação? A que e que a JP Sá Couto esta obrigada? A que é que a Intel está obrigada? O que é que estas 30 páginas de condições geram?

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - Não houve, da nossa parte, exclusividade em relação à JP Sá Couto ou qualquer outra pessoa, no que se refere ao *classmate reference design*. No caso deste contrato, provavelmente um tipo de contrato, ou deliberações sobre volume, uma decisão prévia de fornecimento, dado os compromissos em relação a certos volumes padrão, segundo o contrato. Havia também o facto de que caso identificassem uma marca específica para este dispositivo específico, isso dava-lhes determinada oportunidade para o usar, por exemplo para aqueles países que mencionou. O que não iria impedir que outra parte fizesse um acordo com a Intel, para um mercado em particular, ou para o mesmo mercado, porque não olhamos à exclusividade nos contratos, olhamos, sim, para a participação, para a contribuição e para os esforços que o OEM local irá fazer, e também precisamos de deliberar quanto ao fornecimento.

Se houver interesse em olhar para uma distribuição em larga escala, haveria deliberações de fornecimento que o OEM teria de ter em conta e para que isso pudesse estar esclarecido no contrato. Os acordos podem ser alterados, não são exclusivos, e na maioria olhamos para cada um individualmente, mas há um âmbito comum a todos os acordos, porque precisamos dessa oportunidade para todos e cada um que queiram participar no mercado.

Um ponto é que teremos de olhar para as questões de qualidade inerentes ao desenvolvimento desta quantidade específica de sistemas, em relação às quais queremos ter a certeza de que, do nosso ponto de vista, essas deliberações são levadas muito a sério.

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): - Para precisar, então não gera nenhum tipo de obrigações nem entre a Intel e o ODM, nem entre a ODM e as outras empresas? Não há aqui nenhum compromisso que as partes sejam obrigadas a cumprir? Ou seja, se todas as cláusulas do acordo podem ser infringidas sem qualquer penalização para as partes?

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - Nesses casos a violação é significativa, tenho a certeza de que seria investigado e discutido e nós reservar-nos-íamos o direito de não licenciar essa tecnologia ou de pôr termo ao acordo deles com a Intel, o que evitaria que tivessem acesso ao guia básico ou a alguma informação adicional, relativa a essa tecnologia. Poderia levá-lo para outro lado, mas a nossa participação seria mais indirecta. Dependeria da seriedade e da situação na qual cada ponto foi violado e é sempre uma coisa que dizemos aos nossos clientes, em qualquer situação, que respeitamos seja que situação for.

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): - Só para esclarecimento no formato destes acordos, a produção do *Magalhães* já tinha começado num período anterior à assinatura deste contrato?

Segundo as suas respostas, assinaram um contrato onde poderiam, caso o contrato fosse violado, retirar a licença à JP Sá Couto, no entanto a JP Sá Couto já se encontrava a produzir livremente os *Magalhães* para o mercado nacional e para a Venezuela. Como é que isso funciona na prática?

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - Por vezes estes contratos demoram mais tempo do que prevemos, com todo o respeito pelos nossos advogados. Em particular em projectos educacionais temos de ser muito sensíveis ao tempo de entrega dos produtos. E no nosso caso procuramos ser o mais flexível possível, para com quem quer que trabalhemos, em especial em áreas onde estejamos a fazer investimentos significativos, para suprir as necessidades do nosso cliente, neste caso Telco, a quem pedem para entregar este tipo de produtos. Não é costume atrasarmo-nos quanto ao começo de alguma coisa, porque olhamos não para o tempo em que as coisas foram assinadas, mas sim se tudo está conforme os padrões de qualidade que esperamos e que podemos usar a informação para ajudar em termos de fornecimento e outras exigências do OEM.

Por último, a assinatura iria acontecer, nem sempre é a altura para o mesmo ponto em que uma companhia pode retomar algum do investimento inicial por questões de tempo e de mercado.

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): - Ainda relativamente a este tópico. Esta é uma prática que temos visto em outros contratos assinados no âmbito do projecto e-escola, mas perguntava quando é que o contrato começou a ser negociado, em Maio de 2008, em Janeiro de 2008 quando a JP Sá Couto deu conta da intenção de começar a produzir o *Magalhães*, em Novembro de 2007 quando fizeram os primeiros contactos de apresentação do *classmate* à JP Sá Couto, ou seja quando é que esse contrato começou a ser

negociado?

Uma segunda questão, para terminar o rol de perguntas e assim facilitar os trabalhos à mesa, tem a ver com o facto de ter referido que havia vários computadores no mercado que poderiam cumprir com o que conhecia das especificações.

O *classmate* em si é criado como um portátil com capacidade de aceder à internet, nem sequer possuía um disco de capacidade relevante, dado que a sua função se destinava a permitir o acesso à internet e ser uma plataforma de acesso a todo o mundo e não um mundo em si próprio. O *Magalhães* aparece como uma alteração, a esta base do *classmate*, porque conta com um disco de 30 gigas (uma das especificações requerida pelo Ministério da Educação e pelo Ministério das Obras Públicas). Do conhecimento que tem dos outros *classmates* produzidos com outros nomes, por todo o mundo, qual deles é que tem um disco de 30 gigas, para percebermos se à data havia mais algum dispositivo que pudesse competir com o *Magalhães*?

Terminei as minhas perguntas.

O Sr. **Presidente:** - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez:** - Se olhar para o que as crianças estão a fazer com os computadores, nas salas de aula, o acesso à internet é parte disso, também há *software* e dados que carregam para o dispositivo, para que haja um interesse maior, para ter a capacidade de conseguir ter conteúdo acessível no dispositivo. Os dispositivos precisam fornecer uma capacidade e acesso para utilização sem ligação à rede. Existem alguns casos raros, sei que alguns em Portugal, mas onde se pode utilizar o computador sem ligação à rede, e portanto um disco rígido é muito sensível.

Nas outras distribuições, de *classmate PC reference designs*, pelos OEM locais, de que tenho conhecimento, em Espanha e noutros países, vi o que

têm dispositivos de disco rígido. Na maioria dos casos há essa necessidade, essa flexibilidade para ambas as utilizações, *online* e *offline*, com uma lista de dados, nos quais o disco rígido oferece uma vantagem.

Para além disso, na minha opinião, o caso do *Magalhães* é que a utilização do mesmo era feita em casa, os estudantes podiam levá-lo para utilizar em casa, o que permitiria armazenar determinada informação que possam querer levar para casa e estudar e voltar e usar sem e com ligação à rede. O modelo em utilização tem capacidade de disco rígido, na maior parte dos casos, e já vi que este foi o caso.

Em termos de capacidade de processador, há uma série de critérios que são importantes quando concebe um processador, não é apenas velocidade mas eficiência e ter a certeza de que terá o nível certo de eficiência, em linha com o modelo em utilização que via ter. Este tipo de designs de referência, que são baseados naquele processador, por exemplo, ou num processador dessa classe, e tiverem um disco rígido, são elementos de uma solução, há outros elementos, mas são elementos comuns de uma solução.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): - But a hard drive with 30 gigabits it is not common in the classmate PCs all over the world?

O Sr. **Brian Gonzalez**: - É comum? Já vi alguns com discos rígidos maiores e muito poucos com discos mais pequenos. Vi uns de 160gb, vi alguns de 30. Não lhe sei dizer se é comum ou não, sei que o disco rígido é comum e que tem muito a ver com economia, quanto custa o disco. Não é pouco usual ter um disco rígido e é preferível ter um disco rígido em muitos casos.

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): - When did you start to deal with JP Sá Couto for the contract of the *Magalhães* production?

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - No que se refere ao interesse deles no *classmate PC reference design*, começou antes de Novembro de 2007. Antes porque viram o dispositivo no qual estavam interessados, em termos de pormenores específicos do contrato, do que me lembro, foi por volta de Outubro, cronograma de 2008, em particular. Antes disso, muitos dos OEM locais estavam muito intrigados e interessados no mercado da educação, e neste tipo de solução, em conta, para a educação. Os interesses começaram antes, lembro-me de ver documentos sobre estas discussões por volta de Outubro de 2008.

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

São as últimas questões.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): - Muito obrigado.

Entre o momento em que uma empresa decide que quer ser *local OEM* da Intel e que quer produzir o *reference PC design* sob licença da Intel, geralmente quanto tempo é que esse trabalho de negociação demora desde que o desejo é manifestado até que a produção começa?

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - Segundo a minha experiência, as suas questões não são fáceis! Estava a brincar.

É difícil dizer, não sei como poderia responder a essa pergunta, a prontidão deste tipo de negócio, pode estar no negócio e só precisar de ser mais participativo, é um programa muito aberto, ao qual pode aceder no *site*.

O fabrico é uma questão de semanas. Diria que seria uma questão de meses. Não um mês ou dois, pode ser mais, mas tem muito a ver com a prontidão da organização e da nossa capacidade de nos comprometermos com esse tipo de interesse, e se às vezes estaríamos interessados em nos comprometer.

Um bom ponto é se alguém já está no negócio e com o nível e as capacidades para o concretizar, o processo demorará significativamente menos do que meses, talvez apenas semanas.

O Sr. **Presidente**: - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): - Sr. Presidente, Sr. Brian Gonzalez, só tenho mais uma questão, que tem a ver com a internacionalização do projecto *Magalhães*.

No memorando de entendimento temos os compromissos assumidos pelo Governo português, sendo referido, na cláusula 9, o lançamento e a promoção do *Magalhães* a nível nacional e internacional, com iniciativas de cooperação noutros países.

Este compromisso do Estado português para a internacionalização do *Magalhães* foi assinado em Julho e teve, em Outubro, um ponto alto, histórico, que foi a apresentação comercial feita pelo Primeiro-Ministro de Portugal na Cimeira Ibero-Americana, situação extraordinária, muito pouco

comum, que saibamos, e que transformou o discurso de Estado na apresentação comercial de um produto.

Ora, é exactamente naquele contexto, na América Latina, que se verifica um dos contextos regionais de maior concorrência para este segmento do ensino básico. Temos o *reference design* do Intel Classmate, temos o projecto *One Laptop per Child*, temos vários ODM e vários *local ODM* competindo pelos respectivo *referente design*, nomeadamente.

Se esta negociação feita antes entre a Intel e o Estado português e, ao mesmo tempo, o acordo de licenciamento entre a Intel e a JP Sá Couto, prevê uma abordagem específica para a América Latina, nomeadamente para o Brasil e a Venezuela, onde esta concorrência se notava de forma mais agressiva, a Intel ficou surpreendida (se ficou surpreendida, será pela positiva, com certeza) ao ver o Primeiro-Ministro fazer aquilo a que na América se chama o *plug-in*? Ou seja, entrou na Cimeira Ibero-Americana com a apresentação, a projecção e a promoção de um produto.

Penso que estou a fazer-me entender e que a pergunta está a ser compreendida.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - Absolutamente. A forma como vejo, fiquei surpreendido? Fiquei maravilhado. Do meu ponto de vista o Governo mostrava competência local na transformação educacional e a esse respeito não vejo diferença noutros países, por outros chefes de Estado. Alguns nem como tópico importante, na minha opinião, devido à minha posição na educação, mas acho significativa a atenção dada a esta questão em volta da acessibilidade e talvez muitas outras pessoas tivessem falado sobre isso, o Sr. Negro Ponte e outras pessoas muito inteligentes que olham para a tecnologia nas salas de aula e falam sobre isso, mas muito poucos fizeram

alguma coisa em relação a isso. Acho que é notável, é fora de série que os portugueses soubessem quanto a transformação educacional foi destacada em tópicos de uma conferência, mas não consigo pensar em nada mais importante do que a educação e espero que tivessem isso em mente e acho que o Governo português está a dar um passo arriscado e a fazer alguma coisa acontecer, é notável e fiquei maravilhado com isso.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): - Para terminar, uma última pergunta, que tem directamente a ver com esta questão e com este contexto de *plug-in* de apresentação daquele produto, com os componentes Intel, que, depois, acabaram por ser vendidos, pelo menos foi anunciada a encomenda de 1 milhão de computadores para o mercado da Venezuela.

A minha questão é no sentido de saber se outras vertentes, se outras acções voltadas para a internacionalização deste produto e deste *reference design* da Intel foram conversadas com o Estado português quando se tratou da cláusula 9 do memorando de entendimento relativamente a estes projectos, para afirmar este computador no estrangeiro, este *reference design* da Intel com os respectivos componentes.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Brian Gonzalez.

O Sr. **Brian Gonzalez**: - O âmbito da iniciativa no ano desta primeira iniciativa fala da oportunidade da mostra tecnológica, local e internacionalmente. Sei que desde que muitos destes acontecimentos tiveram lugar, a história de sucesso, como a vemos, em termos de desenvolvimento, sobre o qual foi falado noutros países e, por exemplo, mais de 180 delegados de 44 países vieram e participaram de uma

conferência no Porto sobre *e-learning* e acho que o conhecimento dessa iniciativa tem muito a ver com o facto de ter tido visibilidade, pelo facto de estar a dar bons resultados, do ponto de vista dos ministros da educação e acho que o nível do interesse mundial não me surpreendeu porque as iniciativas educacionais têm sido discutidas em muitos países, há muito tempo, por algumas pessoas que referimos.

O nosso âmbito foi até aonde diz «*aqui*», mas neste caso particular, na conferência, não tivemos qualquer participação directa nesse tipo de actividade, mas estava a acontecer.

O Sr. **Presidente**: - Srs. Deputados, chegámos ao fim desta reunião.

Agradeço a colaboração de todos nesta sessão, tendo em conta as condições desta sala, que não são as melhores. Esta sala, sendo bonita, não é confortável nem tem, sobretudo, boa acústica.

Quero agradecer também às pessoas que fizeram a tradução desta reunião da Comissão de Inquérito pelo seu bom trabalho e pela colaboração que nos prestaram.

Sr. Brian Gonzalez, agradeço a colaboração que deu à Comissão de Inquérito com as suas respostas. Já agora, cumprimento também o Dr. Cruz Vilaça e a Dr.^a Deidra Thomson, que o acompanharam. Muito obrigado pela vossa colaboração.

Srs. Deputados, lembro que temos nova audição às 15 horas, já não nesta sala mas, sim, na sala onde costumamos fazer as reuniões da nossa Comissão.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 13 horas e 30 minutos.